

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 012/2026 TIPO: MENOR PREÇO UASG: 926769 AMPLA-EXCLUSIVA (Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006)	Acolhimento das Propostas: A partir das 09h00min do dia 23/06/2026 até 08h59min do dia 06/07/2026. Abertura e Início da sessão / disputa de lances: 09h00min do dia 06/07/2026. Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação para o fornecimento parcelado de **medicamentos diversos e insumos hospitalares (tiras para determinação de cetona no sangue; solução de cloreto de sódio; ertapenem 1g; ornitina; solução de oligoelementos; tenoxicam; tiamina e outros)**, para atender o Campus – UEL, Hospital Veterinário (HV–UEL) e Hospital Universitário de Londrina (HU-UEL), pelo período de 12 (doze) meses.

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO CONSTANTE NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA.**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 977.857,81 (novecentos e setenta e sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.2 Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.3 HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.4 HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.Gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.2. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas:

a) https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, do GMS/CAUFPR

b) <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>

c) <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>

d) www.comprasparana.pr.gov.br

e) <https://sistemas.uel.br/sicor/public/licitacao/consultaLicitacoes>

4.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Estevão Luís Pires de Souza e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 3043/2024, servidores(as) da Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: pregoeirahu@uel.br

Telefones: (43) 3371-2307

Endereço: Avenida Robert Koch, nº 60, Operária, CEP 86.038-350, Londrina / Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h00min às 12 h e das 13h00min às 17 h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ao e-mail pregoeirahu@uel.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas Compras.Gov é o valor unitário máximo por item, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de (MENOR PREÇO) por item.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) fixado(s) para o(s) item(ns) no sistema Compras.GOV), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior a 90 dias.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1 Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 02, 16, 20, 22, 36 e 46 as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.2 As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

5.3 Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

5.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

6.1 Poderá ser exigida do arrematante, amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

6.2 Caso exista no Banco de Dados do HU-UEL a ocorrência de marcas e modelos pré-aprovados ou reprovados, a relação virá na forma de Anexo a este Edital.

7 GARANTIA:

7.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento do objeto.

8 CONSÓRCIO:

8.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

9 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Compras.Gov, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor> ou, ainda, por meio do telefone 0800.978.9001 (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.7 Conforme Art. 2º, inciso XLVI, do Decreto Estadual 10.086/22, o licitante que desejar se tornar fornecedor no Estado do Paraná deverá possuir o “Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná” (GMS/CAUFPR), podendo cadastrar-se através do link <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?act ion=iniciarProcesso>.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário de cada item;

4.1.2 Marca/Fabricante;

4.1.3. Modelo/Versão;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto: indicar o **RMS - Número de Registro no Ministério da Saúde** (em caso de produtos regulamentados e com registro obrigatório na ANVISA);

4.2. Constituem documentos complementares e obrigatórios à proposta, que deverão ser inseridos no campo “Anexos”, **junto com a proposta reformulada**, conforme o resultado da etapa de lances/negociação de preços, conforme item n. 6.6 deste Edital:

a) **Número do Registro no Ministério da Saúde (RMS) de cada produto/equipamento cotado**, bem como **dos equipamentos** que serão disponibilizados (em caso de medicamentos / produtos médico-hospitalares / equipamentos, exigida pela ANVISA);

b) **AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa fabricante dos produtos cotados**, emitida pelo Ministério da Saúde – ANVISA-MS, da fabricante dos produtos cotados, quando for(em) nacionais. Se (o)s produto(s) for(em) importados, deverá ser entregue a AFE da empresa detentora

do(s) registro(s) do(s) item(ns) junto a ANVISA/MS, (em caso de produtos regulamentados e exigido pela ANVISA);

- c) **Marca, fabricante, modelo, procedência, descritivo técnico detalhado dos produtos/equipamentos**, anexando catálogo digitalizado no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e/ou indicando o site onde poderão ser obtidas todas as especificações necessárias de cada produto/equipamento que será disponibilizado, escritas em língua portuguesa, para identificação de forma inequívoca as informações técnicas necessárias.
- d) **AE – Autorização Especial** de Empresa proponente e/ou fabricante dos produtos cotados emitida pelo **Ministério da Saúde – ANVISA**, no caso de fornecimentos de medicamentos e substâncias sujeitas a **controle especial; (se necessário)**;

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.1 Na hipótese de o certame não ser finalizado no prazo acima a proposta será automaticamente prorrogada, por mais 30 (trinta) dias.

4.7 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço).

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 2021 e art. 90 e 91 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 (Conforme entendimento do TCU expresso no Acórdão 5764/2024/Primeira Câmara, segundo o qual os incisos II a IV do art. 60 da Lei 14.133/21 necessitam de regulamentação).

5.26.1 Caso nenhuma empresa ME/EPP/MEI apresente lance nos termos do item 5.25, os critérios de desempate serão as disposições constantes do art. 60, inciso I; § 1º, incisos I a IV e § 2º da Lei n.º 14.133/202 e art. 91, §2º, incisos I a IV do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

5.26.2 Aplicados os critérios de desempate previsto no subitem anterior e ainda persistir o empate, empresas empatadas serão convocadas pelo Pregoeiro para participarem de sessão pública de sorteio eletrônico, conforme previsto no art. 91, § 3º, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, a ser realizado pelo sistema do Compras.Gov.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar (conforme subitem 4.2 e alíneas 'a' a 'd'), por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24h (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Será avaliado a veracidade do teor das propostas em face das especificações técnicas do objeto.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou

ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à Divisão de Material do HU-UEL, sendo obrigatória a comprovação do alegado por meio de notas fiscais (**Nota Fiscal anterior e posterior ao fato**), para a devida análise e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

11.8 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega do pedido na Divisão de Material do HUUEL, desde que acompanhado das notas fiscais adequadas, mediante protocolo de recebimento.

11.9 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.10 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.11 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.12 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita.

11.13 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.15 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro competente para a solução de litígios decorrentes do presente certame é o da Comarca de Londrina/PR.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 19 de junho de 2026.

Drº Jose Roberto de Almeida
Diretor Superintendente

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 OBJETO:

1.1 Contratação para o fornecimento parcelado de medicamentos diversos e insumos hospitalares (tiras para determinação de cetona no sangue; solução de cloreto de sódio; ertapenem 1g; ornitina; solução de oligoelementos; tenoxicam; tiamina e outros), para atender o Campus – UEL, Hospital Veterinário (HV–UEL) e Hospital Universitário de Londrina (HU-UEL), pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	42446	Cód.GMS: 6501.1280 Cód. CATMAT: 0268575 Unid. Padrão: AMPOLA ACETATO DE DESMOPRESSINA 4 MCG/ML (USO I.M.,I.V.,S.C.) - AMPOLA 1 ML	500	29,67	14.835,00	Ampla
2	2198	Cód.GMS: 6501.259 Cód. CATMAT: 0292402 Unid. Padrão: AMPOLA C/10ML AMINOFILINA 240 MG.	100	3,24	324,00	Exclusiva ME
3	44212	Cód.GMS: 6523.66577 Cód. CATMAT: 0484799 Unid. Padrão: TUBO BARREIRA PROTETORA DE PELE À BASE DE CARBOXIMETILCELULOSE. APRESENTAÇÃO EM PÓ OU GRÂNULOS.	60	42,27	2.536,20	Ampla
4	52432	Cód.GMS: 6501.66327 Cód. CATMAT: 340178 Unid. Padrão: AMPOLA BESILATO DE CISATRACÚRIO 20MG, SOLUCAO INJETÁVEL AMPOLA COM 10ML	1.500	17,05	25.575,00	Ampla
5	56598	Cód.GMS: 6501.3755 Cód. CATMAT: 0362720 Unid. Padrão: COMPRIMIDO BISOPROLOL, FUMARATO, 2,5MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	2.000	1,12	2.240,00	Ampla
6	40081	Cód.GMS: 6501.2681 Cód. CATMAT: 0268084 Unid. Padrão: COMPRIMIDO CABERGOLINA 0,5 MG COMPRIMIDO.	400	2,55	1.020,00	Ampla
7	27326	Cód.GMS: 6501.2691 Cód. CATMAT: 268427 Unid. Padrão: DRAGEA CICLOFOSFAMIDA 50 MG	500	1,29	645,00	Ampla
8	42071	Cód.GMS: 6501.520 Cód. CATMAT: 393328 Unid. Padrão: FRASCO CLORETO DE POTASSIO (KCL) XAROPE - FRASCO 6% (150ML)	750	2,74	2.055,00	Ampla
9	43482	Cód.GMS: 6502.1092 Cód. CATMAT: 272784 Unid. Padrão: FRASCO	200	37,03	7.406,00	Ampla

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 17 de 69)

		CODEINA, FOSFATO 3MG/ML - FRASCO C/ 120 ML - SOLUÇÃO ORAL				
10	28019	Cód.GMS: 6501.516 Cód. CATMAT: 0270495 Unid. Padrão: BISNAGA C/15G. COLAGENASE, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM CLORAFENICOL, CONCENTRAÇÃO :0,6UI +1%, POMADA	50	13,40	670,00	Ampla
11	41730	Cód.GMS: 6501.529 Cód. CATMAT: 0267642 Unid. Padrão: COMPRIMIDO COLCHICINA - COMPRIMIDO 0,5MG	1.400	0,30	420,00	Ampla
12	45313	Cód.GMS: 6501.1279 Cód. CATMAT: 0272475 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA DANTROLENO SÓDICO DE 20MG, PÓ LIOFILIZADO INJETAVEL + DILUENTE DE 60 ML.	120	221,25	26.550,00	Ampla
13	16827	Cód.GMS: 6501.533 Cód. CATMAT: 268242 Unid. Padrão: FRASCO C/100ML DELTAMETRINA 0,2MG/ML, SHAMPOO, FRASCO COM 100ML.	100	4,33	433,00	Ampla
14	40312	Cód.GMS: 6501.541 Cód. CATMAT: 0267643 Unid. Padrão: TUBO DEXAMETASONA CREME 10G.	600	1,71	1.026,00	Ampla
15	40309	Cód.GMS: 6501.4714 Cód. CATMAT: 0271003 Unid. Padrão: AMPOLA DICLOFENACO SODICO 75MG 3ML OU CETOPROFENO 100MG 2ML - INTRAMUSCULAR.	60	1,41	84,60	Ampla
16	5497	Cód.GMS: 6501.37 Cód. CATMAT: 0267203 Unid. Padrão: COMPRIMIDO DIPIRONA 500MG - COMPRIMIDO.	65.000	0,10	6.500,00	Exclusiva ME
17	42634	Cód.GMS: 6501.283 Cód. CATMAT: 0267907 Unid. Padrão: UNIDADE DIPROPIANATO DE BECLOMETASONA 400 MCG/ML - (2ML) CONTENDO 2 ML CADA FRASCO E SUSPENSÃO PARA NEBULIZAÇÃO E AEROSSOLTERAPIA	450	6,48	2.916,00	Ampla
18	56447	Cód.GMS: 6501.66144 Cód. CATMAT: 0470130 Unid. Padrão: FRASCO DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + FURAMATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BROMETO DE GLICOPIRRÔNICO,100+6+12,5 MCG - FRA INALADOR	600	187,70	112.620,00	Ampla

19	40215	Cód.GMS: 6501.1289 Cód. CATMAT: 0277973 Unid. Padrão: AMPOLA ERGONOVINA (ERGOMETRINA) - AMPOLA 0,2MG (1ML)	850	2,83	2.405,50	Ampla
20	9143	Cód.GMS: 6501.3677 Cód. CATMAT: 0436085 Unid. Padrão: FRASCO AMPOLA 2ML ERITROPOETINA RECOMBINANTE HUMANA INJETÁVEL 4000UI, FRASCO/AMPOLA 2ML.	100	28,79	2.879,00	Exclusiva ME
21	40269	Cód.GMS: 6501.47775 Cód. CATMAT: 274149 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA ERTAPENEM 1G PARA USO ENDOVENOSO/INTRAVENOSA/INTRAMUSCULAR FRASCO / FRASCO-AMPOLA / BOLSA	1.500	149,00	223.500,00	Ampla
22	40125	Cód.GMS: 6501.1765 Cód. CATMAT: 267282 Unid. Padrão: AMPOLA ESCOPOLAMINA (HIOSCINA) - AMPOLA 20 MG (1 ML)	19.000	0,85	16.150,00	Exclusiva ME
23	41112	Cód.GMS: 6501.3757 Cód. CATMAT: 270620 Unid. Padrão: DRAGEA ESCOPOLAMINA (HIOSCINA)10MG+DIPIRONA 250MG-DRAGEAS	750	0,31	232,50	Ampla
24	44578	Cód.GMS: 6501.67702 Cód. CATMAT: 272194 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA ESMOLOL, 10MG/ML. APRESENTAÇÃO EM FRASCO/AMPOLA COM 10ML.	25	69,33	1.733,25	Ampla
25	56445	Cód.GMS: 6501.1291 Cód. CATMAT: 0272193 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA ESMOLOL, 250MG/ML. FRASCO/AMPOLA COM 10ML. ESMOLOL 250MG/ML AMPOLA 10ML	10	395,25	3.952,50	Ampla
26	46957	Cód.GMS: 6501.114410 Cód. CATMAT: 272948 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA FLUORESCIEINA SÓDICA A 10%, FRASCO/AMPOLA COM 5ML.	36	45,91	1.652,76	Ampla
27	43441	Cód.GMS: 6501.75320 Cód. CATMAT: 313689 Unid. Padrão: AMPOLA FOSFATO DE POTASSIO - AMPOLA 2MEQ/ML (10ML).	1.700	4,40	7.480,00	Ampla
28	40398	Cód.GMS: 6501.791 Cód. CATMAT:	50	0,05	2,50	Ampla

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 19 de 69)

		267671 Unid. Padrão: COMPRIMIDO GLIBENCLAMIDA - COMPRIMIDO 5MG				
29	40079	Cód.GMS: 6510.45924 Cód. CATMAT: 0240191 Unid. Padrão: UNIDADE HEMOSTATICO ABSORVIVEL, GELATINA PURIFICADA 8X12,5X1 CM, ESTÉRIL DOBRAVEL ABSORVIVEL POROSA	600	51,41	30.846,00	Ampla
30	40235	Cód.GMS: 6501.60729 Cód. CATMAT: 0345240 Unid. Padrão: TUBO HIDROCORTISONA, ACETATO CREME - TUBO 1% (15G)	50	8,21	410,50	Ampla
31	58247	Cód.GMS: 6502.96046 Cód. CATMAT: 615827 Unid. Padrão: FRASCO AMPOLA 5ML LEVETIRACETAM 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL ESTÉRIL, EM FRASCO-AMPOLA DE 5 ML (TOTAL DE 500 MG DE LEVETIRACETAM POR UNIDADE). USO INTRAVENOSO. Exigências: - Concentração: 100 mg/ml (cem miligramas por mililitro) - Registro válido na Anvisa como medicamento de uso hospitalar; - Embalagem original do fabricante, com identificação do produto, lote,data de fabricação e validade; - Validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	100	6,60	660,00	Ampla
32	41026	Cód.GMS: 6501.33266 Cód. CATMAT: 0270126 Unid. Padrão: COMPRIMIDO LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG - COMPRIMIDO	3.200	1,24	3.968,00	Ampla
33	40318	Cód.GMS: 6501.2534 Cód. CATMAT: 269842 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA LIDOCAINA SEM VASOCONSTRITOR - FRASCO/AMPOLA 1% (20ML)	250	4,43	1.107,50	Ampla
34	2558	Cód.GMS: 6501.1779 Cód. CATMAT: 273167 Unid. Padrão: BISNAGA C/15G. NEOMICINA + BACITRACINA POMADA .	400	2,26	904,00	Ampla
35	54692	Cód.GMS: 6501.903 Cód. CATMAT: 0266788 Unid. Padrão: BISNAGA NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL + APLICADOR bisnaga com 60g - 14 aplicadores por bisnaga.	1.050	6,54	6.867,00	Ampla
36	40212	Cód.GMS: 6501.71881 Cód. CATMAT: 0278916 Unid. Padrão: AMPOLA OLIGOELEMENTOS, SOLUCAO CONTENDO 22MG DE ZINCO + 2,5 MG DE	3.400	9,78	33.252,00	Exclusiva ME

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 20 de 69)

		MANGANES + 6,3 MG DE COBRE + 102,5 MCG DE CROMO - AMPOLA 2ML.				
37	59184	Cód.GMS: 6501.69917 Cód. CATMAT: 388555 Unid. Padrão: UNIDADE ORNITINA, ASPARTATO, 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA, 10 ML, Solução injetável, Ampola, 10 ml,	1.800	52,76	94.968,00	Ampla
38	57712	Cód.GMS: 6501.1371 Cód. CATMAT: 0388556 Unid. Padrão: ENVELOPE ORNITINA, ASPARTATO, 0,6 G/G, GRANULADO, ENVELOPE, 5 G, VIA DE ADMINISTRAÇÃO: ORAL	900	8,89	8.001,00	Ampla
39	41414	Cód.GMS: 6501.3751 Cód. CATMAT: 0271764 Unid. Padrão: COMPRIMIDO PIRIDOSTIGMINA, BROMETO 60MG.	250	0,44	110,00	Ampla
40	43892	Cód.GMS: 6501.48870 Cód. CATMAT: 0448595 Unid. Padrão: FRASCO PREDNISOLONA 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL. FRASCO 60ML	400	4,53	1.812,00	Ampla
41	40173	Cód.GMS: 6501.4819 Cód. CATMAT: 0267743 Unid. Padrão: COMPRIMIDO PREDNISONA - COMPRIMIDO 20MG	14.500	0,19	2.755,00	Ampla
42	40172	Cód.GMS: 6501.4820 Cód. CATMAT: 0267741 Unid. Padrão: COMPRIMIDO PREDNISONA - COMPRIMIDO 5MG	18.000	0,07	1.260,00	Ampla
43	43499	Cód.GMS: 6501.48874 Cód. CATMAT: 0273952 Unid. Padrão: CAPSULA PROGESTERONA MICRONIZADA 200MG	1.800	2,13	3.834,00	Ampla
44	13535	Cód.GMS: 6502.1183 Cód. CATMAT: 305935 Unid. Padrão: AMPOLA PROPOFOL 10MG/ML, AMPOLA DE 20ML	2.000	7,02	14.040,00	Ampla
45	40340	Cód.GMS: 6501.35 Cód. CATMAT: 268236 Unid. Padrão: FRASCO BOLSA SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% - 250ML, FRASCO OU BOLSA, SISTEMA FECHADO, COM LOCAL PARA CONEXÃO DE EQUIPO, PROTEGIDO COM LACRE DE SEGURANÇA E LOCAL PARA ADIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM MATERIAL AUTOCICATRIZANTE. Solução de cloreto de sódio 0,9%, volume de 250 ml, estéril apirogênica, envasada em frascos ou bolsa que não produza absorção de ingredientes ativos; Quimicamente inerte e reoclável; não apresentando interação com medicamentos aditivados; Sistema fechado de infusão,	6.000	3,81	22.860,00	Ampla

		dispensando o uso de equipo com entrada de ar; frasco ou bolsa totalmente colapsável; sistema duplo canal: um para a conexão do equipo de infusão com abertura e outra para adição de medicamentos com membrana autocicatrizante facilmente indetectáveis;				
46	41748	Cód.GMS: 6501.1787 Cód. CATMAT: 300498 Unid. Padrão: UNIDADE SUCRALFATO 0,2G/ML SUSPENSÃO ORAL, FLACONETE 10 ML.	7.700	4,84	37.268,00	Exclusiva ME
47	27178	Cód.GMS: 6501.986 Cód. CATMAT: 0268532 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA TENOXICAM IV 20MG - FRASCO/AMPOLA	15.000	5,62	84.300,00	Ampla
48	40332	Cód.GMS: 6501.72146 Cód. CATMAT: 272343 Unid. Padrão: AMPOLA TIAMINA (VITAMINA B1) 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1ML	21.000	6,94	145.740,00	Ampla
49	52292	Cód.GMS: 6523.52898 Cód. CATMAT: 609803 Unid. Padrão: UNIDADE TIRAS PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE CETONAS NO SANGUE, TECNOLOGIA BIOSENSOR. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A empresa deverá fornecer as tiras compatíveis com os Monitores (aparelhos) da marca FreeStyle Optium Neo H.	900	3,55	3.195,00	Ampla
50	40106	Cód.GMS: 6501.62033 Cód. CATMAT: 270376 Unid. Padrão: AMPOLA VINCRISTINA, SULFATO - FRASCO-AMPOLA 1 MG	380	31,20	11.856,00	Ampla

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda as seguintes especificações técnicas complementares:

- Quando da entrega dos medicamentos, as notas fiscais apresentadas deverão obrigatoriamente indicar os números dos lotes dos medicamentos e os prazos de validade (RDC nº430/20 – AVISA), que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

1.2.3 As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, em invólucro apropriado, sem sinais de violação ou amassado, além de estarem de acordo com a Lei n. 8078/90, art. 31 (Código de

Defesa do Consumidor) e o Decreto n. 8.077/2013; do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde; constando estampados externamente os seguintes dados:

- a) Nome comercial;
- b) Identificação da empresa responsável pelo produto (CNPJ do fabricante nacional ou importador/distribuidor);
- c) Número do Lote;
- d) Número do registro no Ministério da Saúde;
- e) Conteúdo quantitativo; qualitativo;
- f) Procedência de fabricação;
- g) Identificação em português;
- h) Prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega dos produtos.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O(s) item(ns) objeto deste Termo de Referência possuem(m) padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos item(ns) poderá(ão) ser localizado(s) em seu(s) descritivo(s), constante da Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento será de maneira parcelada, conforme necessidade do setor requisitante, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no item 9 deste Termo de Referência.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Caso seja requisitada a apresentação de amostras do arrematante do ITEM, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e seus anexos, no seguinte local:

Local: Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

Logradouro: Avenida Robert Koch, nº 60

CEP: 86.038-350 Cidade : Londrina / PR

A/C do Sr. Pregoeiro

Órgão/Entidade avaliador: **Divisão de Farmácia do HU.**

Fone: (43) 3371-2307

E-Mail: pregoeirahu@uel.br

1.5.1.1 Em razão da natureza do objeto licitado, a(o) Pregoeira(o) poderá solicitar, em substituição ao envio de amostras, a disponibilização de manual técnico ou documento equivalente, em língua portuguesa e em formato PDF, para análise pela área técnica.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "Informações Adicionais" do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.4 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isentam nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Requisição nº 16972/2026 (HV) - O Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina enfrenta uma deficiência na disponibilidade de agentes essenciais para a realização de procedimentos médicos e cirúrgicos em animais. Esta lacuna impede a execução plena de intervenções rotineiras e de alta complexidade, incluindo cirurgias, exames diagnósticos que exigem imobilidade prolongada e o manejo adequado de animais em estado crítico. A ausência de recursos necessários para sedação e controle da dor compromete a capacidade de assegurar o bem-estar animal durante todo o processo de atendimento, desde a admissão até a recuperação pós-procedimento, resultando em condições de trabalho inadequadas e potencialmente inseguras para os pacientes. A superação desta dificuldade é fundamental para que o Hospital Veterinário mantenha a excelência na prestação de seus serviços, que abrangem o ensino, a pesquisa e a extensão, beneficiando diretamente a comunidade. Ao garantir os meios para a execução humanitária de procedimentos, a instituição contribui para a formação de profissionais qualificados, o avanço do conhecimento científico na área da medicina veterinária e a oferta de atendimento especializado para uma gama diversificada de animais. O provimento dessas condições assegura o cumprimento da missão pública da Universidade Estadual de Londrina em promover a saúde animal e, por extensão, a saúde pública, através de práticas que respeitam a integridade dos seres vivos sob sua guarda. A continuidade da carência desses insumos acarreta consequências operacionais e éticas para o Hospital Veterinário e para a população atendida. Procedimentos cirúrgicos e diagnósticos podem ser adiados ou inviabilizados, levando ao sofrimento desnecessário dos animais, à progressão de doenças e, em casos sérios, à perda da vida. No âmbito do ensino, a limitação de recursos impacta negativamente a experiência prática dos estudantes de Medicina Veterinária, comprometendo a qualidade de sua formação. Para a comunidade, significa a restrição de acesso a um serviço veterinário de referência, sobrecarregando os tutores com custos adicionais ou a impossibilidade de tratamento, e para a instituição, a erosão da sua capacidade de resposta às demandas de saúde animal e de sua reputação como centro de atendimento.

2.1 Requisição nº 17356/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A instituição hospitalar pública enfrenta uma carência periódica de medicamentos essenciais que são fundamentais para a manutenção da vida e a recuperação de pacientes em diversas especialidades, incluindo unidades de terapia intensiva, clínicas médicas e cirúrgicas. Essa insuficiência na disponibilidade impede a aplicação de protocolos clínicos estabelecidos para condições médicas complexas, como distúrbios de coagulação e infecções graves. O problema central reside na interrupção do fluxo de tratamento adequado, comprometendo a qualidade da assistência prestada e a segurança dos pacientes que dependem desses insumos farmacêuticos para sua estabilização e recuperação. A importância de solucionar essa demanda reside na missão fundamental do Hospital Universitário de Londrina, enquanto instituição pública, de fornecer assistência à saúde de alta complexidade à população de Londrina e região. A garantia do acesso a medicamentos indispensáveis é um pilar da atenção à saúde, impactando diretamente a capacidade de preservar a vida, aliviar o sofrimento e promover a recuperação de milhares de cidadãos. Assegurar a disponibilidade desses fármacos contribui diretamente para a efetividade dos tratamentos, a otimização dos recursos hospitalares e o cumprimento do direito constitucional à saúde, reforçando a confiança da comunidade nos serviços públicos. O não atendimento a essa necessidade acarreta uma série de consequências negativas graves. Clinicamente, os pacientes podem sofrer agravamento de seus quadros de saúde, prolongamento do tempo de internação, desenvolvimento de complicações ou, em situações críticas, óbito, por falta de tratamento oportuno. Do ponto de vista operacional, a equipe médica e de enfermagem pode ser forçada a recorrer a alternativas terapêuticas menos eficazes ou não padronizadas, elevando os riscos assistenciais e a sobrecarga de trabalho. Socialmente, a falta de insumos médicos básicos mina a

credibilidade da instituição e do sistema de saúde pública como um todo, gerando insegurança e desassistência para uma população vulnerável que depende exclusivamente desses serviços.

2.1 Requisição nº 14995/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual tem como objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. O Hospital Universitário de Londrina enfrenta uma demanda contínua por medicamentos essenciais para o tratamento de condições médicas que afetam a saúde gastrointestinal e o metabolismo neurológico de seus pacientes. A ausência desses insumos impede a administração de terapias necessárias para pacientes internados e ambulatoriais, que dependem diretamente desses tratamentos para o controle de patologias, a prevenção de complicações e a recuperação adequada. Esta situação compromete a capacidade da instituição de prestar assistência médica completa e eficaz, impactando diretamente a jornada de recuperação de indivíduos que buscam amparo no sistema público de saúde. A solução deste problema é fundamental sob a perspectiva do interesse público, uma vez que garante a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população de Londrina e região. Assegurar o acesso a estes medicamentos permite que o Hospital Universitário de Londrina cumpra sua missão de promover o bem-estar coletivo, ao evitar o agravamento de doenças e proporcionar condições para a reabilitação dos pacientes. A disponibilidade destes tratamentos contribui para a eficiência na gestão da saúde pública, minimizando a necessidade de procedimentos mais complexos e dispendiosos decorrentes da progressão de enfermidades tratáveis. O não atendimento a esta demanda acarreta uma série de consequências negativas. Pacientes com quadros gastrointestinais sem o devido tratamento podem desenvolver sangramentos, perfurações ou condições crônicas de difícil manejo, enquanto aqueles com deficiências metabólicas ou distúrbios neurológicos correm o risco de sofrer danos permanentes ou agravamento irreversível de seu estado de saúde. Tal cenário não apenas aumenta a morbidade e a mortalidade, como também prolonga o tempo de internação, eleva os custos hospitalares e sobrecarrega o sistema de saúde. Adicionalmente, a escassez desses medicamentos compromete a confiança da comunidade nos serviços públicos de saúde e afeta a credibilidade do Hospital Universitário de Londrina em sua função assistencial e de ensino.

2.1 Requisição nº 4369/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A demanda consiste na necessidade de suprir o arsenal farmacêutico hospitalar com medicamentos anti-inflamatórios (AINEs), antigotosos e broncodilatadores. Estes itens são fundamentais para o manejo de quadros de dor aguda, crises respiratórias e doenças inflamatórias sistêmicas em pacientes internados ou em atendimento de urgência. Estes medicamentos são pilares do conforto e estabilização do paciente: Controle da Dor e Inflamação: O Diclofenaco e o Tenoxicam são essenciais para o tratamento de dores moderadas a severas e processos inflamatórios agudos. Suporte Respiratório: A Aminofilina atua na reversão de broncoespasmos em quadros de asma e DPOC. Crises Específicas: A Colchicina é o padrão para o tratamento de crises agudas de gota e pericardites. O desabastecimento implica em: Sofrimento do Paciente: Prolongamento de quadros algícos (dor) desnecessários. Risco Vital: Complicações respiratórias graves por falta de broncodilatadores. Aumento da Internação: A dor e a inflamação não controladas retardam a mobilização do paciente e sua alta hospitalar. Por se tratar de itens padronizados, sua aquisição se faz necessária anualmente, para manutenção dos atendimentos prestados pela Instituição.

2.1 Requisição nº 8119/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual tem como objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos diversos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A presente contratação tem por objetivo assegurar o abastecimento regular de medicamentos e produtos terapêuticos utilizados no tratamento de condições dermatológicas, parasitárias e infecciosas atendidas na rotina assistencial da instituição. Tais itens integram a padronização farmacêutica hospitalar e são empregados tanto em atendimentos ambulatoriais quanto em internações, sendo indispensáveis para a adequada condução dos protocolos clínicos. A disponibilidade contínua desses medicamentos é essencial para garantir tratamento oportuno, controle adequado das patologias e prevenção de complicações clínicas. Considerando o perfil assistencial do hospital, que realiza atendimentos contínuos e recebe pacientes com diferentes graus de complexidade, é imprescindível manter estoque regular desses produtos, evitando interrupções terapêuticas

e assegurando resposta imediata às demandas clínicas. Além disso, a contratação permite planejamento adequado do consumo, organização do estoque e conformidade com as normas sanitárias vigentes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A não realização da contratação poderá acarretar desabastecimento, comprometendo a continuidade do tratamento dos pacientes e aumentando o risco de agravamento de quadros clínicos. Tal situação pode resultar em prolongamento do tempo de tratamento, necessidade de substituições terapêuticas nem sempre ideais, aumento de complicações e eventual realização de aquisições emergenciais com impacto financeiro. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para assegurar a continuidade assistencial, a segurança do paciente e a adequada gestão dos recursos públicos.

2.1 Requisição nº 19685/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação de tiras para determinação quantitativa de cetonas no sangue, visando à reposição de estoque pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de modo a atender de forma contínua as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. O HU de Londrina é referência no atendimento de casos graves de cetoacidose diabética (CAD) e atua em sistema misto, abrangendo diversas clínicas e especialidades. O manejo de pacientes críticos exige aferição frequente da cetonemia, em média a cada quatro horas, para possibilitar a identificação precoce de alterações metabólicas graves. A cetoacidose diabética é uma das complicações mais sérias do Diabetes Mellitus, principalmente em pacientes com diabetes tipo 1, podendo levar ao óbito se não diagnosticada e tratada de forma adequada. Além disso, a instituição implementou recentemente um novo protocolo de CAD proposto pela especialidade de endocrinologia, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo e seguro dos pacientes. A utilização das tiras em conjunto com os aparelhos medidores viabiliza a adequada aferição da cetonemia, permitindo a tomada de decisão clínica em tempo hábil e a otimização da terapia, aumentando significativamente as chances de recuperação dos pacientes atendidos. Diante da variabilidade do número de internações de pacientes diabéticos e da gravidade potencial das complicações, a contratação das tiras para determinação de corpos cetônicos é fundamental para assegurar a continuidade e qualidade do atendimento, evitando interrupções no monitoramento e garantindo que os protocolos clínicos sejam cumpridos de forma segura e eficaz.

2.1 Requisição nº 7849/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual tem como objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos diversos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A presente contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento regular de medicamentos padronizados utilizados no manejo de dor, espasmos, distúrbios neurológicos e demais condições clínicas atendidas na rotina hospitalar. Tais medicamentos são amplamente empregados em atendimentos de urgência, internações, acompanhamento ambulatorial e suporte terapêutico contínuo, sendo considerados insumos essenciais à assistência farmacológica da instituição. A disponibilidade contínua desses fármacos é indispensável para garantir a condução adequada dos protocolos clínicos, controle sintomático eficaz e estabilidade terapêutica dos pacientes atendidos. Considerando que o hospital realiza atendimento ininterrupto, inclusive em situações de urgência e emergência, é imprescindível manter estoque regular desses medicamentos, evitando interrupções no tratamento e assegurando resposta terapêutica imediata quando necessária. Além disso, a contratação permite planejamento adequado do consumo, organização do estoque e conformidade com as normas sanitárias estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A não realização da contratação poderá resultar em desabastecimento, comprometendo o controle da dor, o manejo de quadros agudos e a continuidade terapêutica de pacientes em tratamento. Tal situação pode acarretar agravamento clínico, aumento do tempo de internação, necessidade de substituições terapêuticas nem sempre ideais e eventual realização de aquisições emergenciais com impacto financeiro. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para garantir a continuidade assistencial, a segurança do paciente e a adequada gestão dos recursos públicos.

2.1 Requisição nº 17358/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamento, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. O Hospital Universitário de Londrina enfrenta uma demanda contínua por recursos terapêuticos eficazes no tratamento de diversas condições dermatológicas inflamatórias e pruriginosas que afetam sua vasta população de

pacientes. A escassez ou a iminente falta de insumos específicos para o manejo tópico dessas afecções impede que a equipe médica forneça o alívio e o tratamento adequados, resultando em prolongado desconforto, dor e, em alguns casos, agravamento das lesões cutâneas. Esta situação compromete a qualidade de vida dos pacientes e interfere na sua recuperação clínica, constituindo um obstáculo à prestação de cuidados de saúde abrangentes. A resolução deste problema é de interesse público para garantir a continuidade e a excelência dos serviços de saúde prestados pelo Hospital Universitário. Enquanto instituição pública, o hospital possui o compromisso de assegurar que os pacientes, muitos deles oriundos de comunidades carentes e dependentes do Sistema Único de Saúde, tenham acesso a tratamentos adequados para condições que, embora muitas vezes localizadas, podem causar grande sofrimento e impactar outras comorbidades. A disponibilidade desses recursos terapêuticos é fundamental para promover o bem-estar dos indivíduos, otimizar o processo de recuperação e manter a funcionalidade hospitalar, contribuindo para a eficiência geral da assistência à saúde. O não atendimento desta demanda pode acarretar diversas consequências negativas para a instituição e para a população atendida. Pacientes podem enfrentar a persistência ou a intensificação de sintomas dermatológicos, levando a um aumento da morbidade, maior tempo de internação ou múltiplas consultas ambulatoriais desnecessárias. Operacionalmente, a falta desses medicamentos pode resultar na utilização de tratamentos alternativos menos eficazes ou mais dispendiosos, desvio de recursos humanos para o manejo de complicações evitáveis, e dificuldade em seguir protocolos clínicos padronizados. Este cenário, por sua vez, pode minar a confiança da comunidade na capacidade do hospital de oferecer cuidados completos e de qualidade, afetando a percepção pública sobre a gestão dos serviços de saúde.

2.1 Requisição nº 6680/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual com o objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A demanda central é o suprimento contínuo de fármacos de alta complexidade e criticidade, essenciais para a manutenção da vida e suporte avançado. O hospital identifica a necessidade de reabastecer itens que compõem o arsenal de , bloqueadores neuromusculares e anestésicos locais. A ausência de um fluxo de abastecimento regular compromete a capacidade da instituição em gerir pacientes com que necessitam de intervenção cirúrgica imediata ou suporte em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A motivação baseia-se na garantia de recursos técnicos para procedimentos de alta complexidade, como suporte ventilatório e cirúrgico: O uso do Beslato de Cisatracúrio é indispensável para promover o bloqueio neuromuscular necessário em intubações orotraqueais e na manutenção da ventilação mecânica invasiva em pacientes críticos, além de ser peça-chave na anestesia geral. A Lidocaína (sem vasoconstritor) é fundamental para anestésias regionais e pequenos procedimentos, garantindo o conforto e a segurança do paciente. A interrupção no fornecimento desses itens acarretará impactos severos e irreversíveis: A falta de anestésicos e bloqueadores impede a realização de cirurgias eletivas e de urgência, gerando represamento de demanda e agravamento de patologias. Sem o Cisatracúrio, o manejo de pacientes com insuficiência respiratória grave torna-se inviável, impossibilitando o acoplamento adequado ao respirador. Por se tratar de itens padronizados, sua aquisição se faz necessária anualmente, para manutenção dos atendimentos prestados pela Instituição.

2.1 Requisição nº 14191/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual com o objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos diversos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. O Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina enfrenta a demanda por um fornecimento contínuo e adequado de medicamentos e insumos médico-hospitalares essenciais para a manutenção dos tratamentos e procedimentos de pacientes em suas diversas unidades. A ausência ou a irregularidade no acesso a esses itens compromete diretamente a capacidade da instituição de prestar assistência à saúde, impactando desde atendimentos ambulatoriais e de emergência até intervenções cirúrgicas e cuidados intensivos. Esta situação gera uma descontinuidade na oferta de serviços críticos, afetando a qualidade do cuidado e a segurança dos pacientes sob os cuidados do hospital. A resolução desta demanda é fundamental sob a ótica do interesse público, pois assegura que o Hospital Universitário de Londrina mantenha sua capacidade plena de oferecer um atendimento de saúde de qualidade e abrangência. A garantia da disponibilidade desses itens permite o cumprimento de protocolos clínicos, a prevenção de agravos à saúde e a recuperação dos pacientes, contribuindo de forma direta para o bem-estar coletivo e para a proteção do direito à saúde dos cidadãos. Como instituição de referência para a região, o hospital

desempenha um papel central na rede de saúde pública, e a manutenção de suas operações é vital para a comunidade que atende. A persistência da insuficiência ou da descontinuidade no fornecimento desses medicamentos e insumos acarretaria implicações diretas e negativas para a população e para a instituição. Pacientes poderiam sofrer com atrasos ou interrupções em seus tratamentos, resultando em prolongamento de internações, aumento do risco de complicações e, em situações extremas, desfechos desfavoráveis à saúde. Para o Hospital Universitário de Londrina, haveria um impacto operacional pela impossibilidade de realizar procedimentos programados ou de urgência, gerando sobrecarga em outros setores e potenciais perdas de eficiência. Além disso, a instituição poderia enfrentar custos adicionais decorrentes da gestão de crises de abastecimento e da necessidade de tratamentos mais complexos para condições agravadas, comprometendo o uso racional dos recursos públicos e a confiança da população nos serviços prestados.

2.1 Requisição nº 7846/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos diversos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A contratação visa assegurar o abastecimento regular de medicamentos essenciais utilizados no tratamento de diversas condições clínicas atendidas pela instituição, incluindo distúrbios endócrinos, doenças inflamatórias e autoimunes, diabetes mellitus, patologias respiratórias e demandas obstétricas. Trata-se de medicamentos padronizados e amplamente utilizados na rotina hospitalar e ambulatorial, sendo indispensáveis para a manutenção da assistência farmacoterapêutica adequada aos pacientes atendidos. Os medicamentos elencados compõem protocolos clínicos e terapêuticos fundamentais para o tratamento contínuo de pacientes crônicos e agudos. A ausência desses fármacos compromete a continuidade terapêutica, podendo ocasionar descompensações clínicas, agravamento do quadro de saúde e aumento do tempo de internação. Além disso, o hospital, por se tratar de unidade de atendimento contínuo, necessita manter estoque regular desses itens para atender tanto demandas programadas quanto situações de urgência. A manutenção do abastecimento também assegura conformidade com as normas sanitárias e boas práticas de assistência farmacêutica estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A não realização da contratação poderá acarretar interrupção ou atraso na continuidade terapêutica dos pacientes atendidos, com consequente agravamento de quadros clínicos e aumento do risco assistencial. A indisponibilidade desses medicamentos compromete a execução adequada dos protocolos institucionais, podendo resultar em complicações clínicas, prolongamento do tempo de internação e prejuízo à qualidade da assistência prestada. Além disso, a ausência de planejamento e abastecimento regular pode gerar a necessidade de aquisições emergenciais, com potencial impacto financeiro e prejuízo à economicidade do processo, bem como expor a instituição a riscos administrativos e sanitários. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para assegurar a continuidade dos serviços de saúde, a segurança do paciente e a adequada gestão dos recursos públicos.

2.1 Requisição nº 1687/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de curativos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A demanda fundamenta-se na necessidade do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina em assegurar a integridade cutânea e o tratamento adequado de pacientes que apresentam lesões de pele, queimaduras de diferentes graus e estomas. O problema central reside na vulnerabilidade tecidual e no risco elevado de colonização bacteriana em feridas, condições que, se não geridas com recursos específicos para proteção dérmica e controle de carga microbiana, evoluem para quadros infecciosos complexos. Esta situação é recorrente na rotina assistencial da instituição devido ao seu perfil de atendimento de alta complexidade, que recebe diariamente indivíduos com comprometimento da barreira cutânea em unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos e pronto-socorro. A resolução deste problema é necessária para garantir a continuidade dos serviços de saúde e a segurança do paciente dentro do Sistema Único de Saúde. Ao assegurar meios para o manejo de lesões e a proteção da pele periestoma e perilesional, o Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina promove a eficiência na recuperação clínica e a proteção do direito à saúde dos cidadãos. O atendimento dessa demanda contribui para o bem-estar coletivo, permitindo que a assistência prestada siga padrões de qualidade que visam a cicatrização célere e a redução da dor, alinhando a atuação institucional aos princípios da humanização e da eficácia no serviço público. O não atendimento desta necessidade implica o agravamento das condições clínicas dos usuários, resultando no aumento do tempo de internação e na elevação dos custos operacionais devido à necessidade de terapias

mais onerosas para tratar infecções secundárias. A ausência de recursos para a proteção e cicatrização da pele gera impactos sociais negativos, como o prolongamento do sofrimento dos pacientes e o risco de sequelas permanentes que dificultam o retorno à vida produtiva. Operacionalmente, a persistência do problema compromete a rotatividade de leitos e a segurança dos processos assistenciais, expondo o Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina a riscos de responsabilidade administrativa e ao descumprimento de protocolos de prevenção de agravos à saúde.

2.1 Requisição nº 8951/2026 (HU) - A presente contratação tem por objeto a aquisição dos medicamentos esmolol 10 mg/mL - ampola de 10 mL (100 mg) e esmolol 250 mg/mL - ampola de 10 mL (2.500 mg), destinados ao atendimento das demandas assistenciais do Hospital Universitário de Londrina (HU-UEL), especialmente nos setores de urgência e emergência, centro cirúrgico, terapia intensiva e unidades de diagnóstico que realizam procedimentos cardiológicos. O esmolol é um betabloqueador de ação ultracurta, administrado por via intravenosa, indicado para controle rápido da frequência cardíaca e da pressão arterial em situações clínicas específicas, como taquiarritmias supraventriculares, controle da resposta ventricular em fibrilação ou flutter atrial e manejo de respostas hipertensivas no período perioperatório. A demanda a ser solucionada consiste no risco de desabastecimento ou na ausência de estoque regular de esmolol nas concentrações necessárias para uso hospitalar, o que compromete a capacidade da instituição de realizar o manejo hemodinâmico imediato e seguro de pacientes em situações críticas. A inexistência ou insuficiência dessas apresentações inviabiliza a padronização terapêutica e limita a atuação das equipes médicas em cenários que exigem controle rápido e titulação precisa da frequência cardíaca e da pressão arterial. É imprescindível solucionar essa demanda para garantir a continuidade da assistência hospitalar em condições de urgência, emergência e alta complexidade. O esmolol apresenta perfil farmacocinético que permite início de ação rápido e curta duração, possibilitando ajustes imediatos conforme a resposta clínica do paciente, característica essencial em ambientes críticos. A disponibilidade das duas concentrações permite maior flexibilidade terapêutica, adequação às necessidades individuais dos pacientes e otimização dos protocolos, contribuindo para maior segurança na administração e racionalização do uso de medicamentos. Além disso, a manutenção do estoque regular está alinhada às boas práticas de gestão de insumos estratégicos e à mitigação de riscos assistenciais relacionados à indisponibilidade de medicamentos críticos. A não contratação poderá resultar em prejuízos relevantes à assistência, incluindo: Impossibilidade de controle adequado e imediato de taquiarritmias e crises hipertensivas em ambiente hospitalar; Aumento do risco de instabilidade hemodinâmica e de complicações cardiovasculares; Necessidade de utilização de alternativas terapêuticas menos adequadas ou com perfil farmacológico menos previsível; Elevação do risco assistencial, com potencial impacto na morbimortalidade; Comprometimento da qualidade do atendimento prestado e da segurança do paciente. Em síntese, a ausência do esmolol nas apresentações indicadas compromete diretamente a capacidade do HU-UEL de ofertar assistência segura, resolutiva e compatível com seu perfil de hospital de referência regional e instituição de ensino,

2.1 Requisição nº 18088/2026 (HU) - O Hospital Universitário de Londrina enfrenta uma demanda contínua por procedimentos diagnósticos em oftalmologia que são essenciais para a identificação e o monitoramento de diversas patologias oculares. Atualmente, há uma carência na capacidade de realizar exames fundamentais, como a angiografia fluoresceínica e a avaliação de integridade da superfície ocular, devido à indisponibilidade de um agente de contraste específico. Esta situação impede a detecção precoce e precisa de condições como retinopatia diabética, degeneração macular, oclusões vasculares retinianas e lesões corneanas, comprometendo a qualidade e a abrangência do atendimento especializado oferecido aos pacientes. A solução para esta questão é fundamental sob a perspectiva do interesse público, visto que o Hospital Universitário de Londrina é um centro de referência para a comunidade de Londrina e região, atendendo a uma ampla população. A possibilidade de realizar exames oftalmológicos de alta complexidade contribui diretamente para a preservação da acuidade visual e a melhoria da qualidade de vida de inúmeros cidadãos. Assegurar a continuidade e a integralidade desses procedimentos diagnósticos é garantir o acesso a um serviço público de saúde ocular completo e eficaz, em conformidade com o direito fundamental à saúde. O não atendimento a esta demanda acarreta implicações negativas diretas e indiretas. Operacionalmente, a interrupção ou o adiamento de exames diagnósticos essenciais gera filas de espera e compromete a eficiência dos serviços de oftalmologia. Clinicamente, pacientes com patologias oculares progressivas podem ter seu quadro agravado devido à impossibilidade de um diagnóstico e tratamento

precoces, com risco de perda de visão irreversível. Financeiramente, pode haver um aumento dos custos de saúde a longo prazo, com tratamentos mais complexos e dispendiosos para condições avançadas, além de potencial descredibilidade da instituição perante a população que dela depende para cuidados especializados.

2.1 Requisição nº 18469/2026 (HU) - # Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: Trata-se de uma contratação para a reposição anual tem como objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamento para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina, Pacientes atendidos pelo Hospital Universitário de Londrina (HU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) apresentam condições cardiovasculares crônicas que demandam tratamento farmacológico contínuo e específico para o controle de suas patologias. Observa-se uma disponibilidade irregular e por vezes insuficiente de um medicamento essencial para a gestão dessas condições, o que impede a continuidade terapêutica ou o início de tratamentos necessários para um segmento considerável da população assistida. Esta lacuna afeta diretamente a qualidade do cuidado prestado e os resultados de saúde de indivíduos que dependem integralmente dos serviços do hospital para o manejo de enfermidades complexas. A relevância de solucionar essa demanda reside na proteção da saúde pública e na garantia do bem-estar dos cidadãos. O controle adequado de doenças cardiovasculares, através do fornecimento regular de medicações apropriadas, contribui para a redução de eventos adversos, diminui as taxas de morbidade e mortalidade e promove uma melhor qualidade de vida para os pacientes. Essa contratação fortalece a capacidade do sistema público de saúde em oferecer atenção integral e continuada, assegurando o direito de acesso a tratamentos médicos indispensáveis e mantendo a eficiência operacional do Hospital Universitário de Londrina (HU) como referência na região. O não atendimento desta necessidade pode resultar em um conjunto de implicações negativas consideráveis. Pacientes com condições cardíacas instáveis ou sem tratamento adequado correm o risco de agravar seus quadros clínicos, o que pode levar a internações hospitalares mais frequentes e prolongadas, necessidade de intervenções médicas mais invasivas e, em casos severos, desfechos fatais que poderiam ser prevenidos. Para a instituição, as consequências incluem um aumento nos custos operacionais associados ao manejo de emergências e hospitalizações de longa duração, em contraste com o tratamento ambulatorial mais econômico. Socialmente, a descontinuidade do tratamento gera desconfiança no sistema de saúde, sofrimento para os pacientes e seus familiares, e compromete a capacidade do Hospital Universitário de Londrina (HU) em cumprir plenamente sua missão de serviço à comunidade.

2.1 Requisição nº 16968/2026 (HV) - O Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina enfrenta o desafio de manejar quadros anêmicos em seus pacientes animais, que frequentemente resultam de condições crônicas como insuficiência renal, doenças neoplásicas ou outras patologias que afetam a produção de glóbulos vermelhos. A prevalência dessas condições no público atendido, que abrange desde animais de companhia a animais de produção e pesquisa, demanda uma abordagem terapêutica que, sem recursos adequados, limita a capacidade da instituição de proporcionar uma recuperação integral e um prognóstico favorável aos animais sob seus cuidados. A ausência de métodos eficazes para restaurar a contagem de eritrócitos compromete diretamente o bem-estar e a sobrevida dos pacientes. A resolução deste problema é de importância significativa para o interesse público, dado o papel multifacetado do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina. Como centro de referência em saúde animal, a instituição é responsável por oferecer atendimento de qualidade à comunidade, além de ser um pilar essencial para o ensino, pesquisa e extensão na área da medicina veterinária. Assegurar que a anemia seja tratada de forma eficaz permite otimizar os desfechos clínicos, reduzir o tempo de internação e minimizar a necessidade de procedimentos mais invasivos, contribuindo para a eficiência dos serviços prestados e para a promoção da saúde e bem-estar animal em um contexto de Saúde Única. A não resolução deste problema acarreta implicações sérias, que se manifestam no agravamento do estado de saúde dos animais, prolongamento das internações e, em muitos casos, no aumento das taxas de morbidade e mortalidade. Financeiramente, isso pode levar a um aumento dos custos operacionais para a instituição, devido à necessidade de cuidados prolongados e à busca por alternativas menos eficazes. Socialmente, a incapacidade de oferecer tratamentos que revertam quadros anêmicos compromete a confiança da população nos serviços oferecidos pelo hospital e diminui a percepção de sua excelência, afetando diretamente os proprietários de animais que dependem dos serviços públicos. Além disso, pode impactar

negativamente as atividades de pesquisa e ensino, pela perda de animais importantes para estudos e a formação de futuros profissionais.

2.1 Requisição nº 18535/2026 (HV) - O Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina atende frequentemente animais que apresentam quadros neurológicos agudos, caracterizados por convulsões e outros eventos epiléticos. Tais condições representam uma grave ameaça à saúde e ao bem-estar dos pacientes, exigindo intervenção clínica imediata e precisa. A ocorrência desses episódios, se não gerenciada adequadamente, pode levar a um sofrimento prolongado e à deterioração do estado geral do animal. A solução deste problema é fundamental sob a perspectiva do interesse público, uma vez que o Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina desempenha um papel assistencial, educacional e de pesquisa. Ao prover atendimento especializado para animais com condições neurológicas severas, a instituição garante o bem-estar animal, reduz o sofrimento e apoia as famílias que dependem de seus serviços. Além disso, a capacidade de gerenciar eficazmente esses quadros clínicos é diretamente relacionada à qualidade do ensino prático oferecido aos futuros profissionais de medicina veterinária e à condução de pesquisas clínicas relevantes. O não atendimento a essa demanda acarreta consequências desfavoráveis tanto para os pacientes quanto para a instituição e a comunidade. Animais com crises neurológicas descontroladas podem sofrer danos cerebrais permanentes ou até mesmo ir a óbito, resultando em um desfecho clínico adverso e angústia para os tutores. Do ponto de vista operacional, a incapacidade de controlar adequadamente essas condições pode prolongar o período de internação, sobrecarregar a equipe e os recursos do hospital, e comprometer a eficiência na gestão de outros casos. Institucionalmente, a falha em prover o tratamento adequado afeta a credibilidade do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina como centro de referência, impactando negativamente sua imagem e sua capacidade de cumprir plenamente suas funções de assistência, ensino e pesquisa.

2.1 Requisição nº 16971/2026 (HV) - O Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina enfrenta a constante demanda por insumos farmacológicos para o tratamento de uma variedade de afecções cutâneas, feridas traumáticas e incisões pós-cirúrgicas em seus pacientes animais. A carência de medicamentos tópicos com propriedades antimicrobianas específicas compromete a capacidade de resposta do hospital a essas condições, resultando na persistência de processos infecciosos, retardo na cicatrização e, consequentemente, na prolongação do período de recuperação dos animais. Esta situação afeta diretamente a eficácia dos cuidados veterinários oferecidos pela instituição. A resolução dessa demanda é de interesse público para o Hospital Veterinário, que é referência na prestação de serviços de saúde animal e no apoio à pesquisa e ensino universitário. A garantia de acesso a tratamentos adequados permite não apenas a reabilitação dos pacientes, mas também minimiza o risco de complicações secundárias e a disseminação de patógenos, contribuindo para a saúde coletiva e o bem-estar animal. A manutenção de um estoque adequado desses medicamentos é fundamental para a execução da missão assistencial e acadêmica da Universidade Estadual de Londrina. A ausência de um suprimento constante desses medicamentos tópicos resulta em implicações desfavoráveis. O não tratamento ou tratamento inadequado das infecções pode levar ao agravamento do quadro clínico dos animais, potencializando a dor e o sofrimento, além de exigir intervenções mais complexas e onerosas a longo prazo. Há o risco de desenvolvimento de resistência bacteriana quando não se utiliza a medicação correta ou se recorre a alternativas menos eficazes. Isso pode comprometer a reputação da instituição e a confiança da comunidade nos serviços prestados, impactando negativamente as atividades de ensino e pesquisa que dependem da casuística clínica do hospital.

2.1 Requisição nº 2857/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual tem como objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamentos oncológicos, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A contratação visa garantir o fornecimento regular de medicamento oncológico indispensável ao tratamento de pacientes atendidos pela instituição. Trata-se de item essencial para protocolos terapêuticos específicos, cuja utilização está diretamente relacionada ao manejo e controle de neoplasias, em conformidade com as diretrizes clínicas adotadas pelo serviço de oncologia. Os medicamentos oncológicos são fundamentais para a continuidade dos esquemas terapêuticos, muitas vezes com cronogramas rigorosos e doses previamente estabelecidas. A regularidade no fornecimento é imprescindível para assegurar a eficácia do tratamento, evitar interrupções indevidas e garantir melhores desfechos clínicos. Além disso, a previsibilidade na aquisição permite

adequada programação assistencial e gestão de estoque. A ausência do medicamento poderá resultar na interrupção ou atraso de ciclos terapêuticos, comprometendo a efetividade do tratamento e podendo ocasionar progressão da doença, piora do prognóstico e aumento do risco de complicações. Também poderá gerar necessidade de substituição terapêutica inadequada ou aquisição emergencial com impacto financeiro e assistencial para a instituição.

2.1 Requisição nº 16973/2026 (HV) - O Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina enfrenta a escassez de um insumo farmacêutico vital para a condução de protocolos terapêuticos avançados, essenciais no tratamento de diversas enfermidades complexas que acometem os animais sob seus cuidados. Esta carência impede a continuidade de tratamentos oncológicos e outras terapias que demandam medicamentos específicos de alto grau de especialização, comprometendo a integralidade do atendimento e a capacidade de resposta da instituição frente a quadros clínicos que exigem intervenção imediata e contínua para preservar a vida e o bem-estar dos pacientes. A resolução desta demanda é fundamental para a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina. A instituição atende a uma parcela significativa da comunidade que busca cuidados especializados para seus animais, além de desempenhar um papel central em atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da medicina veterinária. A disponibilidade deste insumo garante que os animais recebam os tratamentos adequados e em tempo oportuno, promovendo o bem-estar animal e atendendo às expectativas da sociedade em relação a um serviço público de saúde animal de excelência, alinhado às melhores práticas da medicina veterinária contemporânea. O não atendimento a esta necessidade acarretará na interrupção ou inviabilização de protocolos terapêuticos cruciais, resultando na progressão de doenças, aumento do sofrimento animal e, em muitos casos, na irreversibilidade de quadros clínicos que poderiam ser controlados ou curados. Para a comunidade, isso significa a impossibilidade de acesso a tratamentos especializados, gerando frustração e desgaste social, com potenciais desfechos desfavoráveis para seus animais. Institucionalmente, a ausência do insumo comprometerá a capacidade do hospital em cumprir sua missão de prestação de serviços de saúde, de ensino e pesquisa, impactando negativamente a formação de novos profissionais e a geração de conhecimento, além de incorrer em riscos de danos à reputação e à confiança depositada na instituição pública.

2.1 Requisição nº 3373/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de eletrólitos e micronutrientes, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. A demanda consiste na reposição e manutenção do estoque de eletrólitos e micronutrientes essenciais para o suporte terapêutico de pacientes. Os itens (Cloreto de Potássio em xarope, Fosfato de Potássio em ampola e solução de Oligoelementos) são fundamentais para o tratamento de desequilíbrios metabólicos, hidratação parenteral e nutrição clínica de pacientes que não conseguem obter esses nutrientes via alimentação convencional. A solução é necessária para garantir a continuidade da assistência hospitalar e ambulatorial. Potássio (KCl e Fosfato): É vital para o funcionamento celular, condução nervosa e contração muscular (incluindo o coração). Níveis baixos podem causar arritmias graves. Oligoelementos: São minerais essenciais para reações enzimáticas e processos de cicatrização e imunidade, sendo indispensáveis para pacientes em regime de Nutrição Parenteral Total (NPT) ou com deficiências nutricionais severas. O desabastecimento desses itens acarreta riscos críticos à saúde dos pacientes, tais como: Agravamento clínico: Risco de paradas cardiorrespiratórias e distúrbios neuromusculares por hipocalcemia ou hipofosfatemia. Comprometimento da Nutrição Parenteral: A ausência de oligoelementos impede a oferta de uma dieta completa, levando à desnutrição severa e queda da imunidade. Aumento da mortalidade e do tempo de internação: Sem o suporte eletrolítico adequado, o manejo de pacientes críticos torna-se inviável, elevando os custos hospitalares e o risco de óbito.

2.1 Requisição nº 14441/2026 (PROAF) - Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: A Universidade Estadual de Londrina enfrenta a demanda por insumos básicos de saúde para atender às necessidades de suas diversas unidades acadêmicas e de pesquisa, bem como às atividades de extensão que envolvem atendimento à comunidade. A continuidade e a qualidade dos procedimentos laboratoriais, de pesquisa e de assistência, que requerem a utilização de soluções para diluição, administração intravenosa ou preparo de reagentes, dependem diretamente da disponibilidade desses materiais. A ausência de um fornecimento regular e

adequado compromete a execução de práticas essenciais ao ensino e à pesquisa, gerando interrupções nas rotinas e impacto na formação de profissionais da área da saúde e no avanço do conhecimento científico nos diversos setores da instituição, especialmente aqueles ligados à área da saúde, como o Hospital Veterinário (HV) e o COU (Clínica Odontológica Universitária). A resolução deste problema é fundamental sob a ótica do interesse público, pois assegura a manutenção das condições necessárias para o desenvolvimento do ensino superior público, da pesquisa científica e da extensão universitária na área da saúde. A garantia da disponibilidade de materiais de consumo básicos permite que a Universidade Estadual de Londrina cumpra sua missão institucional de formar cidadãos qualificados, produzir conhecimento relevante e prestar serviços à sociedade. Ao prover os insumos requeridos, a instituição fortalece sua capacidade de contribuir para a saúde coletiva, a inovação e o bem-estar da população, por meio da qualificação de seus egressos e da aplicação de suas pesquisas. O não atendimento a esta necessidade resultaria em impactos adversos, com a potencial paralisação de aulas práticas, atrasos na execução de projetos de pesquisa e a inviabilização de procedimentos assistenciais que utilizam tais insumos. Essas interrupções teriam consequências operacionais, financeiras e sociais, comprometendo a qualidade do ensino e da pesquisa, gerando prejuízos aos investimentos públicos já realizados e à reputação da universidade. Mais abrangentemente, a incapacidade de manter as operações essenciais poderia afetar diretamente a formação dos estudantes, a entrega de resultados científicos e a prestação de serviços à comunidade, culminando em uma diminuição da capacidade institucional de servir ao interesse público. A contratação servirá para repor o estoque do Almoxarifado Central da UEL, que disponibiliza os itens as unidades requisitantes já mencionadas.

2.1 Requisição nº 14093/2026 (HU) - Trata-se de uma contratação para a reposição anual tem como objetivo a reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamento, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina, O Hospital Universitário de Londrina, pertencente à Universidade Estadual de Londrina, enfrenta uma demanda crescente e contínua pelo tratamento de pacientes acometidos por doenças respiratórias crônicas graves, notadamente a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Estes pacientes frequentemente apresentam um quadro clínico complexo, caracterizado por sintomas persistentes como dispneia, tosse produtiva e sibilância, que impactam severamente sua capacidade funcional, autonomia e qualidade de vida. A ausência de uma terapia de manutenção adequada e contínua leva ao descontrole da patologia, resultando em exacerbações agudas mais frequentes e severas, que demandam intervenções hospitalares e comprometem a estabilidade clínica dos indivíduos. A importância de solucionar essa demanda reside na garantia de acesso a um tratamento eficaz para uma parcela vulnerável da população que busca assistência no sistema público de saúde. Proporcionar a continuidade do cuidado a pacientes com condições respiratórias crônicas é essencial para mitigar o avanço da doença, controlar os sintomas e prevenir eventos agudos, contribuindo diretamente para o bem-estar individual e coletivo. Esta ação reforça o compromisso da instituição com a saúde pública, promovendo a qualidade de vida dos cidadãos, reduzindo o sofrimento e permitindo que os pacientes mantenham maior capacidade para suas atividades diárias e participação social. O não atendimento a essa necessidade resulta em diversas consequências negativas. Do ponto de vista assistencial, a interrupção ou a carência do tratamento implicará em uma elevação do número de atendimentos de emergência, hospitalizações prolongadas e, em muitos casos, a necessidade de internação em unidades de terapia intensiva, com aumento do risco de complicações e mortalidade. Financeiramente, isso representa um acréscimo nos custos diretos de saúde para o hospital e para o sistema de saúde como um todo. Operacionalmente, a sobrecarga dos serviços de urgência e dos leitos hospitalares comprometerá a capacidade de atendimento a outras demandas da comunidade, afetando a eficiência e a resolutividade institucional e elevando os riscos à saúde da população assistida.

2.1 Requisição nº 18089/2026 (HU) - O Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina enfrenta uma demanda contínua e relevante no tratamento de pacientes que desenvolvem quadros de hiperamonemia. Esta condição, caracterizada pela elevação dos níveis de amônia no sangue, é frequentemente observada em pacientes com disfunções hepáticas severas, como cirrose ou hepatites graves, e pode desencadear complicações neurológicas sérias, incluindo a encefalopatia hepática, que compromete funções cognitivas, estado de consciência e, em casos avançados, a própria vida. A ausência de um manejo eficaz para a hiperamonemia representa um risco direto à segurança e ao prognóstico dos pacientes sob os cuidados da instituição. A importância de solucionar a demanda pelo tratamento da

hiperamonemia reside na necessidade de garantir a estabilidade clínica e a recuperação funcional dos pacientes afetados. O controle adequado dessa condição é essencial para prevenir a progressão do dano neurológico, mitigar a gravidade dos sintomas e minimizar as sequelas permanentes, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida. Ao atender a esta necessidade, o Hospital Universitário de Londrina fortalece seu compromisso de oferecer serviços de saúde pública de alta qualidade, assegurando a proteção dos direitos dos cidadãos à saúde e promovendo o bem-estar coletivo. O não atendimento à demanda por tratamento adequado da hiperamonemia acarreta implicações severas para os pacientes e para o funcionamento do Hospital Universitário de Londrina. Os pacientes correm o risco aumentado de morbidade e mortalidade, com prolongamento significativo do tempo de internação hospitalar, necessidade de cuidados intensivos mais complexos e onerosos, além de uma deterioração irreversível da qualidade de vida. Para a instituição, a incapacidade de gerenciar eficientemente a hiperamonemia resulta em uma sobrecarga dos leitos, especialmente nas unidades de terapia intensiva, elevação dos custos assistenciais e um impacto negativo na eficiência operacional, comprometendo a capacidade de atender outros pacientes e gerando riscos à continuidade da prestação de serviços de saúde essenciais à comunidade.

2.1 Requisição nº 17359/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, de medicamento, para atender as necessidades do Hospital Universitário de Londrina. O Hospital Universitário de Londrina enfrenta uma demanda permanente e fundamental para o manejo adequado da dor e de outros sintomas debilitantes em seus pacientes, tanto internados quanto ambulatoriais. Diversas condições clínicas, procedimentos cirúrgicos e tratamentos de longa duração, em áreas como oncologia, clínica médica e cuidados paliativos, impõem a necessidade de suporte farmacológico para aliviar quadros álgicos ou controlar tosse persistentes que comprometem a recuperação e o bem-estar dos indivíduos. A persistência dessa condição sem tratamento adequado afeta diretamente a qualidade do cuidado e a dignidade do paciente, impactando negativamente sua jornada de recuperação. A importância de solucionar essa demanda reside no compromisso com o interesse público, uma vez que o controle eficaz da dor e de sintomas associados é um pilar da atenção humanizada à saúde e um direito inerente ao paciente. A capacidade de proporcionar alívio adequado contribui para a recuperação mais rápida dos indivíduos, melhora sua qualidade de vida durante o tratamento e pode diminuir o tempo de internação, otimizando o uso de leitos e recursos hospitalares. Isso fortalece a capacidade do Hospital Universitário de Londrina de prestar serviços de saúde acessíveis e de alta qualidade à comunidade, cumprindo sua função social. O não atendimento a essa necessidade implicaria em consequências operacionais e sociais amplas. Pacientes continuariam a vivenciar sofrimento desnecessário, o que pode levar ao prolongamento de suas estadias hospitalares, ao risco de desenvolvimento de complicações e à deterioração do quadro clínico geral. Essa situação sobrecarregaria os recursos do Hospital Universitário de Londrina, elevando os custos com internações prolongadas e gerando insatisfação por parte dos usuários e seus familiares. A incapacidade de gerenciar adequadamente a dor e outros sintomas comprometeria a qualidade assistencial e a credibilidade da instituição como um centro de referência em saúde pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Requisição nº 16972/2026 (HV) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o Fornecimento dos insumos farmacêuticos. Esta modalidade se alinha intrinsecamente à necessidade de suprimento contínuo e previsível de medicamentos de uso frequente para o Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina. Sua principal vantagem reside na garantia da disponibilidade ininterrupta do medicamento, essencial para a regularidade dos serviços, além de permitir um planejamento orçamentário otimizado e a obtenção de melhores condições comerciais a longo prazo devido à escala da contratação. Embora demande uma gestão de estoque eficiente e uma estimativa de demanda precisa para mitigar riscos de perdas por validade ou insuficiências, o Fornecimento contínuo se mostra como a abordagem mais estratégica e eficaz para assegurar a sustentabilidade operacional e a qualidade do atendimento veterinário.

3.1 Requisição nº 17356/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é ****FORNECIMENTO****. Esta modalidade é a mais indicada por garantir o abastecimento contínuo dos medicamentos essenciais, o que é primordial para a manutenção ininterrupta dos tratamentos e procedimentos realizados no ambiente hospitalar. O fornecimento otimiza a gestão de estoque do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina e a logística de armazenagem, reduzindo riscos de desabastecimento e perdas por validade. Tal abordagem proporciona maior previsibilidade nos custos e na disponibilidade dos produtos ao longo do período contratado, elementos fundamentais para um planejamento eficaz e a segurança assistencial.

3.1 Requisição nº 14995/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO****. A aquisição de medicamentos para um Hospital Universitário requer uma garantia de abastecimento contínuo e regular para atender às demandas ininterruptas dos pacientes, considerando o ciclo de vida dos produtos farmacêuticos que possuem validade e exigem rotação de estoque. O fornecimento contínuo permite um melhor planejamento das necessidades, evita desabastecimento crítico e, geralmente, possibilita a obtenção de condições comerciais mais vantajosas devido ao volume e à previsibilidade da demanda ao longo do tempo. Além disso, essa modalidade facilita a gestão de estoque, minimiza perdas por vencimento e otimiza os processos logísticos internos da instituição.

3.1 Requisição nº 4369/2026 (HU); Requisição nº 8119/2026 (HU); Requisição nº 7849/2026 (HU); Requisição nº 7846/2026 (HU); Requisição nº 3373/2026 (HU) - Fornecimento: Após realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é fornecimento contínuo mostra-se a alternativa mais adequada para atender à necessidade institucional, considerando o perfil assistencial da unidade e a demanda recorrente do medicamento. Trata-se de item essencial à manutenção das atividades assistenciais, cujo consumo ocorre de forma regular e previsível, ainda que sujeito a variações pontuais. Assim, a contratação com fornecimento parcelado assegura maior estabilidade no abastecimento, reduzindo significativamente o risco de descontinuidade terapêutica e de desassistência aos pacientes. Além disso, essa modalidade possibilita melhor planejamento e gestão de estoque. Ressalta-se, ainda, que o fornecimento contínuo confere maior previsibilidade orçamentária e operacional, permitindo adequação das entregas conforme a necessidade da instituição, dentro dos limites contratuais estabelecidos. Dessa forma, conclui-se que a contratação por fornecimento contínuo é a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e assistencial.

3.1 Requisição nº 19685/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO****. Esta modalidade permite o abastecimento contínuo dos insumos de diagnóstico laboratorial, essencial para as atividades rotineiras e ininterruptas do Hospital Universitário de Londrina. Garante, ainda, a manutenção dos estoques, a previsibilidade dos custos e a oportunidade de negociar condições contratuais mais vantajosas ao longo do ciclo de vida dos produtos. Dessa forma, mitigam-se os riscos de desabastecimento e assegura-se a continuidade dos serviços de saúde prestados à comunidade.

3.1 Requisição nº 17358/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO****. Esta modalidade é a mais indicada por garantir o abastecimento contínuo e programado dos produtos, o que otimiza significativamente a gestão de estoque e o fluxo de caixa do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina. A previsibilidade e a racionalização dos recursos proporcionadas pelo fornecimento contínuo são cruciais para a operação ininterrupta de uma instituição hospitalar de grande porte, minimizando riscos de perdas por obsolescência ou vencimento e assegurando a disponibilidade constante dos insumos necessários, fatores que superam a eventual menor flexibilidade para ajustes rápidos de volume em demandas emergenciais não previamente contratadas.

3.1 Requisição nº 6680/2026 (HU) - Fornecimento: Após realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é fornecimento contínuo mostra-se a alternativa mais adequada para atender à necessidade institucional, considerando o perfil assistencial da unidade e a demanda recorrente do medicamento. Trata-se de item essencial à manutenção das atividades assistenciais, cujo

consumo ocorre de forma regular e previsível, ainda que sujeito a variações pontuais. Assim, a contratação com fornecimento parcelado assegura maior estabilidade no abastecimento, reduzindo significativamente o risco de descontinuidade terapêutica e de desassistência aos pacientes. Além disso, essa modalidade possibilita melhor planejamento e gestão de estoque.

3.1 Requisição nº 14191/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO**** contínuo. Esta modalidade garante a regularidade no suprimento dos medicamentos e insumos farmacêuticos e médico-hospitalares essenciais, alinhando-se diretamente com o ciclo de vida desses produtos, que são de consumo contínuo e vital para a manutenção ininterrupta das atividades do Hospital Universitário de Londrina. A previsibilidade da demanda de um Hospital Universitário permite a obtenção de melhores condições comerciais e logísticas em contratos de fornecimento contínuo, otimizando a gestão de estoque, minimizando riscos de desabastecimento e, consequentemente, assegurando a qualidade e a continuidade do atendimento à saúde prestado à população pela Universidade Estadual de Londrina.

3.1 Requisição nº 1687/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o fornecimento parcelado de insumos de estomaterapia e tratamento de queimaduras, formalizado mediante contrato. Esta escolha justifica-se pela necessidade de alinhar o cronograma de entregas ao consumo efetivo do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina, garantindo a reposição gradual e tempestiva dos materiais conforme a demanda clínica. A opção pelo fornecimento mitiga o risco de perdas de produtos por decurso do prazo de validade — fator crítico para itens com tecnologia de polímeros e agentes antimicrobianos — e otimiza a gestão do espaço físico hospitalar. Além disso, a solução assegura a eficiência logística e econômica ao evitar a imobilização excessiva de recursos públicos em grandes estoques, garantindo que o atendimento assistencial seja mantido com insumos sempre dentro dos padrões técnicos e de segurança exigidos.

3.1 Requisição nº 8951/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o fornecimento parcelado e contínuo dos produtos farmacêuticos, conforme a necessidade de consumo do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina. Esta escolha justifica-se pela natureza dos itens, que demandam rigoroso controle de validade e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para uso em terapia intensiva e centros cirúrgicos. A adoção desta modelagem permite que a instituição otimize o uso do espaço físico de armazenamento e reduza significativamente os riscos de desperdício por obsolescência ou vencimento dos fármacos. Além disso, o fornecimento contínuo favorece a gestão do fluxo de caixa e o equilíbrio orçamentário, pois evita o desembolso financeiro imediato de grandes montantes. Embora exija um monitoramento logístico constante para prevenir o desabastecimento em períodos de alta demanda clínica, essa alternativa demonstra-se a mais eficiente para garantir o atendimento ininterrupto aos pacientes, aliando segurança terapêutica à economicidade administrativa.

3.1 Requisição nº 18088/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o fornecimento contínuo. Esta modalidade garante o abastecimento regular e a previsibilidade orçamentária por um período prolongado, características cruciais para as operações do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina. A escolha pelo fornecimento contínuo otimiza os processos de compra, minimizando a necessidade de múltiplos e sucessivos procedimentos licitatórios para o reabastecimento. Dessa forma, assegura-se a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela instituição, permitindo que a Administração Pública foque em suas atividades finalísticas com maior estabilidade e planejamento.

3.1 Requisição nº 18469/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o Fornecimento. Este modelo se alinha de forma estratégica às necessidades do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina, garantindo a disponibilidade contínua de medicamentos essenciais para assegurar a assistência ininterrupta aos pacientes. Para produtos farmacêuticos, que possuem consumo constante e prazos de validade, o fornecimento contínuo mitiga os riscos de desabastecimento, permite a otimização dos processos de compra e armazenamento, e tende a resultar em propostas comerciais mais vantajosas devido à previsibilidade e

volume. Adicionalmente, simplifica a gestão administrativa ao reduzir a frequência de novos processos licitatórios para os mesmos itens, liberando recursos para outras atividades críticas da instituição.

3.1 Requisição nº 16968/2026 (HV) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO**** do insumo farmacêutico injetável. Esta modalidade garante o abastecimento ininterrupto do medicamento por um período determinado, fundamental para a continuidade do tratamento dos pacientes do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina. O fornecimento contínuo otimiza a gestão de estoque, minimiza riscos de desabastecimento e permite a estabilidade de preços por meio de negociações comerciais favoráveis, embora demande uma estimativa de consumo precisa e maior complexidade na gestão contratual a longo prazo. Essas vantagens a tornam a alternativa mais eficaz e segura para a aquisição de um insumo essencial como a eritropoetina recombinante humana, assegurando a previsibilidade e a eficiência na gestão pública.

3.1 Requisição nº 18535/2026 (HV) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO****. Esta modalidade de contratação, que envolve a compra de bens com previsão de entregas parceladas e contínuas ao longo de um período determinado, é fundamental para assegurar a disponibilidade ininterrupta de medicamentos essenciais, como o Levetiracetam 100 mg/ml, solução injetável. A adoção do fornecimento contínuo garante a manutenção dos tratamentos e a operação eficaz do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina, permitindo um planejamento mais preciso da gestão de estoque. Adicionalmente, esta abordagem minimiza os riscos de desabastecimento e favorece a obtenção de condições comerciais mais vantajosas, dada a previsibilidade da demanda e o volume contratado, otimizando o ciclo de vida do objeto e seu consumo pela Administração Pública.

3.1 Requisição nº 16971/2026 (HV) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é ****FORNECIMENTO****, pois esta modalidade proporciona a garantia de um abastecimento regular e ininterrupto dos medicamentos essenciais para o funcionamento do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina. Essa solução assegura a continuidade dos tratamentos e a estabilidade dos estoques, fator crítico para a saúde animal e para a eficiência operacional da instituição. Economicamente, o fornecimento contínuo permite a obtenção de condições comerciais mais favoráveis, como descontos por volume e prazos estendidos, otimizando o uso dos recursos públicos e garantindo previsibilidade orçamentária ao longo do ciclo de vida dos produtos, que possuem data de validade a ser gerenciada.

3.1 Requisição nº 2857/2026 (HU) - Fornecimento: Considerando a natureza essencial dos medicamentos e a necessidade de garantir continuidade assistencial, a solução mais vantajosa para a Administração tende a ser a contratação com fornecimento contínuo, com entregas parceladas, assegurando previsibilidade, economicidade e segurança no abastecimento.

3.1 Requisição nº 16973/2026 (HV) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO**** para a aquisição de Vincristina, Sulfato - Frasco-ampola 1 mg. Esta modalidade é a mais indicada por permitir ao Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina manter um suprimento contínuo de um medicamento crítico e de alto custo. A principal vantagem reside na otimização da gestão de estoque e na minimização dos riscos associados à expiração e a grandes desembolsos iniciais, garantindo a disponibilidade constante do medicamento para os tratamentos e reduzindo o ônus de gerenciamento e o risco de perdas por validade. Embora exija um planejamento de demanda preciso para evitar excedentes ou faltas e uma gestão eficaz do contrato para assegurar as entregas conforme acordado, os benefícios da continuidade e da eficiência operacional são preponderantes para este tipo de produto.

3.1 Requisição nº 14441/2026 (PROAF) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é a contratação de Frascos Plásticos Colapsáveis de Polipropileno/Polietileno na modalidade de Fornecimento. A escolha dos Frascos Plásticos Colapsáveis de Polipropileno/Polietileno justifica-se pela sua superior robustez estrutural e maior proteção mecânica. Estas características são fundamentais para minimizar o risco de perfurações acidentais, garantindo a integridade

e a segurança do conteúdo, o que é de suma importância para os itens a serem adquiridos. Embora esta solução possa resultar em um volume de resíduo ligeiramente maior, esta particularidade é superada pelo benefício da maior segurança e durabilidade do invólucro em um contexto de manuseio e utilização. A modalidade de Fornecimento é a mais indicada por se tratar de itens com características de consumo contínuo e previsível. Esta modalidade permite à Pró-Reitoria de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina assegurar o abastecimento ininterrupto dos produtos por um período determinado, otimizando o planejamento e a gestão de estoque. Tal estratégia garante a disponibilidade constante dos materiais, evita interrupções nas atividades da instituição e proporciona maior estabilidade aos processos de aquisição e gestão dos recursos públicos, apesar de demandar uma gestão contratual mais detalhada e um planejamento de consumo preciso.

3.1 Requisição nº 14093/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o fornecimento dos medicamentos inaladores de combinação. Esta modalidade garante o suprimento contínuo dos produtos por um período contratual definido, aspecto crucial para o tratamento de doenças respiratórias crônicas em um ambiente hospitalar que exige estabilidade e previsibilidade. O fornecimento otimiza a gestão de estoque do Hospital Universitário de Londrina com entregas programadas e parceladas, conforme a demanda, o que reduz significativamente o risco de perdas por validade expirada e a necessidade de grande capacidade de armazenamento interno. Embora gere um compromisso contratual por prazo determinado, a segurança do abastecimento e a eficiência na gestão do inventário superam as desvantagens de potenciais preços fixos, assegurando a continuidade assistencial aos pacientes.

3.1 Requisição nº 18089/2026 (HU) - Fornecimento: Após realização de levantamento de mercado, identificou-se que a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO****, pois permite ao Hospital Universitário de Londrina manter um estoque regular e previsível dos medicamentos, essenciais para o atendimento contínuo aos pacientes, otimizando os custos por meio da aquisição em volume e garantindo a estabilidade no suprimento ao longo do ciclo de vida dos produtos.

3.1 Requisição nº 17359/2026 (HU) - Fornecimento: Entre as opções verificadas no levantamento de mercado, a solução mais adequada é o ****FORNECIMENTO**** dos itens farmacêuticos. Esta modalidade garante a continuidade e a regularidade do abastecimento de medicamentos essenciais para o funcionamento do Hospital Universitário de Londrina da Universidade Estadual de Londrina, o que é crucial para a prestação ininterrupta dos serviços de saúde. O fornecimento contínuo permite otimizar os processos licitatórios ao longo do ciclo de vida dos medicamentos, resultando em maior eficiência administrativa e na possibilidade de negociação de condições comerciais mais favoráveis devido à previsibilidade e escala da demanda. Essa abordagem minimiza os riscos de desabastecimento e favorece uma gestão de estoque mais eficaz, assegurando a disponibilidade dos produtos necessários para o atendimento à população.

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação do(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 O objeto do presente Pregão Eletrônico será dividido em itens, em observância à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) observar as práticas de sustentabilidade abaixo indicadas:

- I. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- II. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O objeto deste Edital será licitado nos termos a seguir:

- a) Itens n. **02, 16, 20, 22, 36 e 46 - LOTE EXCLUSIVO** para participação de empresas enquadradas como ME-EPPMEI;
- b) Itens n. **01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50 e 51** - com **AMPLA DISPUTA** para participação de todas as empresas interessadas, independente do faturamento.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1 O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 No caso de produtos, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior **12 mes(es)**.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

10.1 Obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.11 Quando da entrega dos medicamentos, as notas fiscais apresentadas deverão obrigatoriamente indicar os números dos lotes e os prazos de validade (RDC nº 430/20 – ANVISA), que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

10.1.12 A CONTRATADA somente poderá emitir Nota Fiscal e providenciar a entrega dos produtos após receber a Ordem de Contratação.

10.1.13 Caso seja verificado que o(s) produtos(s) entregues(s) não atende (em) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a CONTRATADA será notificada para que efetue a substituição por produtos em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.1.14 Se a substituição dos produtos e/ou dos aparelhos em desconformidade não for concluída dentro do prazo máximo de entrega, a empresa incidirá na multa moratória prevista no item 13 “sanções Administrativas do Contrato”.

10.1.15 Fornecedores devem garantir condições adequadas de armazenamento e transporte, conforme especificações do fabricante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita 11.10.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003 de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---------------------------------------------------------

12. ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO do ITEM e desde que atendidas as especificações técnicas especificadas no Edital para cada objeto, conforme os subitens n. 1.2.1 e 1.2.2. do Termo de Referência (Anexo I) e as condições exigidas no item 6 do presente Edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 É vedada a subcontratação integral dos serviços inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento dos itens objeto do Edital.

16. VIGÊNCIA:

16.1 1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17. DO REAJUSTAMENTO:

17.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

17.1.1 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

17.1.1.1 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

17.1.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

17.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

PAULA CRISTIANE BATISTELLA
(HU-DA-DM)

CAMILA FARIAS LOPES
(HU-DA-DS)

RAFAELE MARIA TIROLLA
(HU-DC-DFARM)

ROSEMEIRE DIAS DA SILVA FELTEN
(HV-SEC)

ELIZABETH MARIA DOS SANTOS
(PROAF-DM-DA)

VANDERLEI JUBANSKI
(PROAF-DM-DA)

VANESSA CORREIA DE BARROS DIAS
(HV-SEC)

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal - **COMPRAS.GOV**, os documentos habilitação que seguem abaixo, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado, quantas vezes julgar necessário:

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão Negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede do licitante. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado dos últimos 2 exercícios, comprovação da situação da empresa. Cálculos dos índices contábeis.

1.3.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.3.2 o balanço exigido no item anterior será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.3.3 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.3.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar resultado superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Corrente (LC);

1.3.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES CONTÁBEIS JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.4.1 AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa emitida pela **ANVISA/MS**, da fabricante dos produtos cotados, quando for(em) nacionais. Se (o)s produto(s) for(em) importados, deverá ser entregue a AFE da empresa detentora do(s) registro(s) do(s) item(ns) junto a **ANVISA/MS - (caso necessário)**;

1.4.2 Licença Sanitária estadual ou municipal da proponente, compatível com o produto e a atividade.- **(caso necessário)**;

1.4.3 Certidão de Registro dos produtos e equipamento cotados no **Ministério da Saúde**, ou publicação do **Registro no Diário Oficial da União** (em caso de medicamentos / produtos médico-hospitalares / equipamentos, exigida **pela ANVISA**) – **(caso necessário)**;

1.4.4 AE – Autorização Especial de Empresa proponente e/ou fabricante dos produtos cotados emitida pelo **Ministério da Saúde – ANVISA**, no caso de fornecimentos de medicamentos e substâncias sujeitas a **controle especial**; **(se necessário)**;

1.5 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.6 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual 10.086/222).

1.6.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.6.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.6.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.6.3 Na hipótese do item 1.6.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.6.4 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.6.5 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

1.7 SUBSTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS POR CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL:

1.7.1 Os documentos mencionados nos itens 1.1; 1.2 e 1.3 poderão ser substituídos pelo Certificado de Regularidade de Registro Cadastral emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ([HTTPS://pncp.gov.br](https://pncp.gov.br)) ou pela Certidão de Regularidade emitida pelo sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná, disponível no site <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultarDocumentacaoObrigatoria.do?action=iniciarProcesso>, e/ou SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, desde que os documentos estejam constantes e atualizadas no mencionado registro cadastral.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual :	
CNPJ/CPF :			
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Marca / modelo	Quant.	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1								

2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

2.1 Na hipótese de o certame não ser finalizado no prazo acima a proposta será automaticamente prorrogada, por mais 30 (trinta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Farmácia do Hospital Veterinário da UEL - Rod. Celso Garcia Cid, PR-445, KM 380. Rua Chuva d'Ouro, s/n - Campus Universitário
Responsável pelo Recebimento: Rosemeire Dias da Silva Felten
Telefone: (43) 3371-4269
Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Hospital Universitário de Londrina – Central de Abastecimento Farmacêutico - Av. Robert Koch, 60 – Vila Operária – Londrina – Pr – CEP.: 86.038-350
Responsável pelo Recebimento: Luiz Kaminami
Telefone: (43) 3371-2209
Horário de Funcionamento: 08h00 às 16h00

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Almoxarifado Central da Universidade Estadual de Londrina – Rod. Celso Garcia Cid / Km 380 (PR445)
Responsável pelo Recebimento: Vanderlei Jubanski
Telefone: (43) 3371-4199
Horário de Funcionamento: De segunda à sexta – feira das 8h00 as 11h00 e das 13h00 às 16:00

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: Universidade Estadual de Londrina, pessoa jurídica de direito público interno, constituída na forma de Autarquia pela Lei Estadual nº 9.663/91, por meio de seu Órgão Suplementar **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA**, localizado na Avenida Robert Koch nº 60, Vila Operária, em Londrina (PR), inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.640.489/0001-53, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Superintendente, Drº Jose Roberto de Almeida, inscrito no CPF/MF sob nº 107.XXX.738-44, portador do RG nº 1.391.XXX-0, expedido pela Secretaria de Segurança Pública.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 012/2026 (protocolo nº 25.477.229-1) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

1.1 Contratação para o fornecimento parcelado de **medicamentos diversos e insumos hospitalares (tiras para determinação de cetona no sangue; solução de cloreto de sódio; ertapenem 1g; ornitina; solução de oligoelementos; tenoxicam; tiamina e outros)**, para atender o Campus – UEL, Hospital Veterinário (HV–UEL) e Hospital Universitário de Londrina (HU-UEL), pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	42446	Cód.GMS: 6501.1280 Cód. CATMAT: 0268575 Unid. Padrão: AMPOLA ACETATO DE DESMOPRESSINA 4 MCG/ML (USO I.M.,I.V.,S.C.) - AMPOLA 1 ML	500	29,67	14.835,00	Ampla
2	2198	Cód.GMS: 6501.259 Cód. CATMAT: 0292402 Unid. Padrão: AMPOLA C/10ML AMINOFILINA 240 MG.	100	3,24	324,00	Exclusiva ME
3	44212	Cód.GMS: 6523.66577 Cód. CATMAT: 0484799 Unid. Padrão: TUBO BARREIRA PROTETORA DE PELE À BASE DE CARBOXIMETILCELULOSE. APRESENTAÇÃO EM PÓ OU GRÂNULOS.	60	42,27	2.536,20	Ampla

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 54 de 69)

4	52432	Cód.GMS: 6501.66327 Cód. CATMAT: 340178 Unid. Padrão: AMPOLA BESILATO DE CISATRACÚRIO 20MG, SOLUCAO INJETÁVEL AMPOLA COM 10ML	1.500	17,05	25.575,00	Ampla
5	56598	Cód.GMS: 6501.3755 Cód. CATMAT: 0362720 Unid. Padrão: COMPRIMIDO BISOPROLOL, FUMARATO, 2,5MG, COMPRIMIDO REVESTIDO	2.000	1,12	2.240,00	Ampla
6	40081	Cód.GMS: 6501.2681 Cód. CATMAT: 0268084 Unid. Padrão: COMPRIMIDO CABERGOLINA 0,5 MG COMPRIMIDO.	400	2,55	1.020,00	Ampla
7	27326	Cód.GMS: 6501.2691 Cód. CATMAT: 268427 Unid. Padrão: DRAGEA CICLOFOSFAMIDA 50 MG	500	1,29	645,00	Ampla
8	42071	Cód.GMS: 6501.520 Cód. CATMAT: 393328 Unid. Padrão: FRASCO CLORETO DE POTASSIO (KCL) XAROPE - FRASCO 6% (150ML)	750	2,74	2.055,00	Ampla
9	43482	Cód.GMS: 6502.1092 Cód. CATMAT: 272784 Unid. Padrão: FRASCO CODEINA, FOSFATO 3MG/ML - FRASCO C/ 120 ML - SOLUÇÃO ORAL	200	37,03	7.406,00	Ampla
10	28019	Cód.GMS: 6501.516 Cód. CATMAT: 0270495 Unid. Padrão: BISNAGA C/15G. COLAGENASE, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM CLORAFENICOL, CONCENTRAÇÃO :0,6UI +1%, POMADA	50	13,40	670,00	Ampla
11	41730	Cód.GMS: 6501.529 Cód. CATMAT: 0267642 Unid. Padrão: COMPRIMIDO COLCHICINA - COMPRIMIDO 0,5MG	1.400	0,30	420,00	Ampla
12	45313	Cód.GMS: 6501.1279 Cód. CATMAT: 0272475 Unid. Padrão: FRASCO- AMPOLA DANTROLENO SÓDICO DE 20MG, PÓ LIOFILIZADO INJETAVEL + DILUENTE DE 60 ML.	120	221,25	26.550,00	Ampla
13	16827	Cód.GMS: 6501.533 Cód. CATMAT: 268242 Unid. Padrão: FRASCO C/100ML DELTAMETRINA 0,2MG/ML, SHAMPOO, FRASCO COM 100ML.	100	4,33	433,00	Ampla
14	40312	Cód.GMS: 6501.541 Cód. CATMAT: 0267643 Unid. Padrão: TUBO DEXAMETASONA CREME 10G.	600	1,71	1.026,00	Ampla
15	40309	Cód.GMS: 6501.4714 Cód. CATMAT:	60	1,41	84,60	Ampla

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 55 de 69)

		0271003 Unid. Padrão: AMPOLA DICLOFENACO SODICO 75MG 3ML OU CETOPROFENO 100MG 2ML - INTRAMUSCULAR.				
16	5497	Cód.GMS: 6501.37 Cód. CATMAT: 0267203 Unid. Padrão: COMPRIMIDO DIPIRONA 500MG - COMPRIMIDO.	65.000	0,10	6.500,00	Exclusiva ME
17	42634	Cód.GMS: 6501.283 Cód. CATMAT: 0267907 Unid. Padrão: UNIDADE DIPROPIANATO DE BECLOMETASONA 400 MCG/ML - (2ML) CONTENDO 2 ML CADA FRASCO E SUSPENSÃO PARA NEBULIZAÇÃO E AEROSOLTERAPIA	450	6,48	2.916,00	Ampla
18	56447	Cód.GMS: 6501.66144 Cód. CATMAT: 0470130 Unid. Padrão: FRASCO DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA + FURAMATO DE FORMOTEROL DI- HIDRATADO + BROMETO DE GLICOPIRRÔNICO,100+6+12,5 MCG - FRA INALADOR	600	187,70	112.620,00	Ampla
19	40215	Cód.GMS: 6501.1289 Cód. CATMAT: 0277973 Unid. Padrão: AMPOLA ERGONOVINA (ERGOMETRINA) - AMPOLA 0,2MG (1ML)	850	2,83	2.405,50	Ampla
20	9143	Cód.GMS: 6501.3677 Cód. CATMAT: 0436085 Unid. Padrão: FRASCO AMPOLA 2ML ERITROPOETINA RECOMBINANTE HUMANA INJETÁVEL 4000UI, FRASCO/AMPOLA 2ML.	100	28,79	2.879,00	Exclusiva ME
21	40269	Cód.GMS: 6501.47775 Cód. CATMAT: 274149 Unid. Padrão: FRASCO- AMPOLA ERTAPENEM 1G PARA USO ENDOVENOSO/INTRAVERNOSA/INTRAMUS CULAR FRASCO / FRASCO-AMPOLA / BOLSA	1.500	149,00	223.500,00	Ampla
22	40125	Cód.GMS: 6501.1765 Cód. CATMAT: 267282 Unid. Padrão: AMPOLA ESCOPOLAMINA (HIOSCINA) - AMPOLA 20 MG (1 ML)	19.000	0,85	16.150,00	Exclusiva ME
23	41112	Cód.GMS: 6501.3757 Cód. CATMAT: 270620 Unid. Padrão: DRAGEA ESCOPOLAMINA (HIOSCINA)10MG+DIPIRONA 250MG- DRAGEAS	750	0,31	232,50	Ampla
24	44578	Cód.GMS: 6501.67702 Cód. CATMAT:	25	69,33	1.733,25	Ampla

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 56 de 69)

		272194 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA ESMOLOL, 10MG/ML. APRESENTAÇÃO EM FRASCO/AMPOLA COM 10ML.				
25	56445	Cód.GMS: 6501.1291 Cód. CATMAT: 0272193 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA ESMOLOL, 250MG/ML. FRASCO/AMPOLA COM 10ML. ESMOLOL 250MG/ML AMPOLA 10ML	10	395,25	3.952,50	Ampla
26	46957	Cód.GMS: 6501.114410 Cód. CATMAT: 272948 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA FLUORESCINA SÓDICA A 10%, FRASCO/AMPOLA COM 5ML.	36	45,91	1.652,76	Ampla
27	43441	Cód.GMS: 6501.75320 Cód. CATMAT: 313689 Unid. Padrão: AMPOLA FOSFATO DE POTASSIO - AMPOLA 2MEQ/ML (10ML).	1.700	4,40	7.480,00	Ampla
28	40398	Cód.GMS: 6501.791 Cód. CATMAT: 267671 Unid. Padrão: COMPRIMIDO GLIBENCLAMIDA - COMPRIMIDO 5MG	50	0,05	2,50	Ampla
29	40079	Cód.GMS: 6510.45924 Cód. CATMAT: 0240191 Unid. Padrão: UNIDADE HEMOSTATICO ABSORVIVEL, GELATINA PURIFICADA 8X12,5X1 CM, ESTÉRIL DOBRAVEL ABSORVIVEL POROSA	600	51,41	30.846,00	Ampla
30	40235	Cód.GMS: 6501.60729 Cód. CATMAT: 0345240 Unid. Padrão: TUBO HIDROCORTISONA, ACETATO CREME - TUBO 1% (15G)	50	8,21	410,50	Ampla
31	58247	Cód.GMS: 6502.96046 Cód. CATMAT: 615827 Unid. Padrão: FRASCO AMPOLA 5ML LEVETIRACETAM 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL ESTÉRIL, EM FRASCO-AMPOLA DE 5 ML (TOTAL DE 500 MG DE LEVETIRACETAM POR UNIDADE). USO INTRAVENOSO. Exigências: - Concentração: 100 mg/ml (cem miligramas por mililitro) - Registro válido na Anvisa como medicamento de uso hospitalar; - Embalagem original do fabricante, com identificação do produto, lote,data de fabricação e validade; - Validade mínima de 12 meses a partir da entrega.	100	6,60	660,00	Ampla
32	41026	Cód.GMS: 6501.33266 Cód. CATMAT: 0270126 Unid. Padrão: COMPRIMIDO	3.200	1,24	3.968,00	Ampla

Protocolo nº 25.477.229-1 - Pregão Eletrônico nº 012/2026 - GMS nº705/2026 - Compras Gov nº 90.012/2026 - EDITAL (página 57 de 69)

		LEVODOPA 200MG + BENSSERAZIDA 50MG - COMPRIMIDO				
33	40318	Cód.GMS: 6501.2534 Cód. CATMAT: 269842 Unid. Padrão: FRASCO-AMPOLA LIDOCAINA SEM VASOCONSTRICTOR - FRASCO/AMPOLA 1% (20ML)	250	4,43	1.107,50	Ampla
34	2558	Cód.GMS: 6501.1779 Cód. CATMAT: 273167 Unid. Padrão: BISNAGA C/15G. NEOMICINA + BACITRACINA POMADA .	400	2,26	904,00	Ampla
35	54692	Cód.GMS: 6501.903 Cód. CATMAT: 0266788 Unid. Padrão: BISNAGA NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL + APLICADOR bisnaga com 60g - 14 aplicadores por bisnaga.	1.050	6,54	6.867,00	Ampla
36	40212	Cód.GMS: 6501.71881 Cód. CATMAT: 0278916 Unid. Padrão: AMPOLA OLIGOELEMENTOS, SOLUCAO CONTENDO 22MG DE ZINCO + 2,5 MG DE MANGANES + 6,3 MG DE COBRE + 102,5 MCG DE CROMO - AMPOLA 2ML.	3.400	9,78	33.252,00	Exclusiva ME
37	59184	Cód.GMS: 6501.69917 Cód. CATMAT: 388555 Unid. Padrão: UNIDADE ORNITINA, ASPARTATO, 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA, 10 ML, Solução injetável, Ampola, 10 ml,	1.800	52,76	94.968,00	Ampla
38	57712	Cód.GMS: 6501.1371 Cód. CATMAT: 0388556 Unid. Padrão: ENVELOPE ORNITINA, ASPARTATO, 0,6 G/G, GRANULADO, ENVELOPE, 5 G, VIA DE ADMINISTRAÇÃO: ORAL	900	8,89	8.001,00	Ampla
39	41414	Cód.GMS: 6501.3751 Cód. CATMAT: 0271764 Unid. Padrão: COMPRIMIDO PIRIDOSTIGMINA, BROMETO 60MG.	250	0,44	110,00	Ampla
40	43892	Cód.GMS: 6501.48870 Cód. CATMAT: 0448595 Unid. Padrão: FRASCO PREDNISOLONA 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL. FRASCO 60ML	400	4,53	1.812,00	Ampla
41	40173	Cód.GMS: 6501.4819 Cód. CATMAT: 0267743 Unid. Padrão: COMPRIMIDO PREDNISONA - COMPRIMIDO 20MG	14.500	0,19	2.755,00	Ampla
42	40172	Cód.GMS: 6501.4820 Cód. CATMAT: 0267741 Unid. Padrão: COMPRIMIDO PREDNISONA - COMPRIMIDO 5MG	18.000	0,07	1.260,00	Ampla
43	43499	Cód.GMS: 6501.48874 Cód. CATMAT:	1.800	2,13	3.834,00	Ampla

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Setembro/2022.

		0273952 Unid. Padrão: CAPSULA PROGESTERONA MICRONIZADA 200MG				
44	13535	Cód.GMS: 6502.1183 Cód. CATMAT: 305935 Unid. Padrão: AMPOLA PROPOFOL 10MG/ML, AMPOLA DE 20ML	2.000	7,02	14.040,00	Ampla
45	40340	Cód.GMS: 6501.35 Cód. CATMAT: 268236 Unid. Padrão: FRASCO BOLSA SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% - 250ML, FRASCO OU BOLSA, SISTEMA FECHADO, COM LOCAL PARA CONEXÃO DE EQUIPO, PROTEGIDO COM LACRE DE SEGURANÇA E LOCAL PARA ADIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM MATERIAL AUTOCICATRIZANTE. Solução de cloreto de sódio 0,9%, volume de 250 ml, estéril apirrogênica, envasada em frascos ou bolsa que não produza absorção de ingredientes ativos; Quimicamente inerte e reável; não apresentando interação com medicamentos aditivados; Sistema fechado de infusão, dispensando o uso de equipo com entrada de ar; frasco ou bolsa totalmente colapsável; sistema duplo canal: um para a conexão do equipo de infusão com abertura e outra para adição de medicamentos com membrana autocicatrizante facilmente indetificáveis;	6.000	3,81	22.860,00	Ampla
46	41748	Cód.GMS: 6501.1787 Cód. CATMAT: 300498 Unid. Padrão: UNIDADE SUCRALFATO 0,2G/ML SUSPENSÃO ORAL, FLACONETE 10 ML.	7.700	4,84	37.268,00	Exclusiva ME
47	27178	Cód.GMS: 6501.986 Cód. CATMAT: 0268532 Unid. Padrão: FRASCO- AMPOLA TENOXICAM IV 20MG - FRASCO/AMPOLA	15.000	5,62	84.300,00	Ampla
48	40332	Cód.GMS: 6501.72146 Cód. CATMAT: 272343 Unid. Padrão: AMPOLA TIAMINA (VITAMINA B1) 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	21.000	6,94	145.740,00	Ampla
49	52292	Cód.GMS: 6523.52898 Cód. CATMAT: 609803 Unid. Padrão: UNIDADE TIRAS PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE CETONAS NO SANGUE, TECNOLOGIA BIOSENSOR. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. A empresa deverá fornecer as tiras compatíveis com os Monitores (aparelhos) da marca FreeStyle Optium Neo H.	900	3,55	3.195,00	Ampla

50	40106	Cód.GMS: 6501.62033 270376 VINCRISTINA, AMPOLA 1 MG	Cód. CATMAT: Unid. Padrão: AMPOLA SULFATO - FRASCO-	380	31,20	11.856,00	Ampla
----	-------	--------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------	-----	-------	-----------	-------

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 do Termo de Referência.

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda as seguintes especificações técnicas complementares:

- Quando da entrega dos medicamentos, as notas fiscais apresentadas deverão obrigatoriamente indicar os números dos lotes dos medicamentos e os prazos de validade (RDC nº430/20 – AVISA), que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

1.2.3 As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, em invólucro apropriado, sem sinais de violação ou amassado, além de estarem de acordo com a Lei n. 8078/90, art. 31 (Código de Defesa do Consumidor) e o Decreto n. 8.077/2013; do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde; constando estampados externamente os seguintes dados:

- Nome comercial;
- Identificação da empresa responsável pelo produto (CNPJ do fabricante nacional ou importador/distribuidor);
- Número do Lote;
- Número do registro no Ministério da Saúde;
- Conteúdo quantitativo; qualitativo;
- Procedência de fabricação;
- Identificação em português;
- Prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, quando da entrega dos produtos.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º012/2026, objeto do processo administrativo n.º 25.477.229-1, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos de maneira parcelada, de acordo com a necessidade da instituição, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA – índice oficial do Estado do Paraná.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade competente, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 Quando da entrega dos medicamentos, as notas fiscais apresentadas deverão obrigatoriamente indicar os números dos lotes e os prazos de validade (RDC nº 430/20 – ANVISA), que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

10.1.12 A CONTRATADA somente poderá emitir Nota Fiscal e providenciar a entrega dos produtos após receber a Ordem de Contratação.

10.1.13 Caso seja verificado que o(s) produtos(s) entregues(s) não atende (em) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a CONTRATADA será notificada para que efetue a substituição por produtos em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.1.14 Se a substituição dos produtos e/ou dos aparelhos em desconformidade não for concluída dentro do prazo máximo de entrega, a empresa incidirá na multa moratória prevista no item 13 “sanções Administrativas do Contrato”.

10.1.15 Fornecedores devem garantir condições adequadas de armazenamento e transporte, conforme especificações do fabricante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n. 001/2019-DTE/SEFA.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento dos itens objeto do Edital.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

14.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.4 É vedada a subcontratação integral dos serviços/fornecimento inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

15.5 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à Divisão de Material do HU-UDEL, sendo obrigatória a comprovação do alegado por meio de notas fiscais (**Nota Fiscal anterior e posterior ao fato**), para a devida análise e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

15.6 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega do pedido na Divisão de Material do HUUEL, desde que acompanhado das notas fiscais adequadas, mediante protocolo de recebimento.

15.7 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar

termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 O foro competente para a solução de litígios decorrentes do presente contrato é o da Comarca de Londrina/PR.

Londrina, data da assinatura eletrônica da contratante

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal